



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

LICENCIATURA EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO CONSULADO HONORÁRIO PORTUGAL NO MINDELO
ESTUDO DE CASO: PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA: O
CONTRIBUTO DE PORTUGAL

Autor: Emeline Monteiro Neves

Mindelo, 2015

Autor: Emeline Monteiro Neves

Título: Relatório de estágio Consulado Honorário de Portugal em Mindelo
Estudo de Caso: Parceria Especial Cabo Verde e União Europeia: O
Contributo de Portugal

UNIVERSIDADE DO MINDELO

Mindelo, 2015



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**LICENCIATURA EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**“RELATÓRIO DE ESTÁGIO
ESTUDO DE CASO: PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO
EUROPEIA: O CONTRIBUTO DE PORTUGAL”**

Autor: Emeline Monteiro Neves

Mindelo, 2015

Autor: Emeline Monteiro Neves

Título: Relatório de estágio Consulado Honorário de Portugal em Mindelo
Estudo de Caso: Parceria Especial Cabo Verde e União Europeia: O Contributo de Portugal

Declaração de Originalidade

Declaro que este Relatório de Estágio Profissional é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Emeline Monteiro Neves

Mindelo, 18 de Dezembro de 2015

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais realizado sob a orientação científica da Mestre Risanda Soares e da D. Rosália Vasconcelos, Cônsul Honorária do Consulado Honorário de Portugal em Mindelo, instituição de acolhimento”

IDENTIFICAÇÃO

Nome: EMELINE MONTEIRO NEVES

Morada: CAMPINHO, MINDELO – SÃO VICENTE

Naturalidade: SÃO VICENTE

Móvel: 9929915

E-mail: emn_cv@hotmail.com

ENTIDADE ACOLHEDORA

Designação: CONSULADO HONORÁRIO DE PORTUGAL NO MINDELO

Endereço: Av. 5 de Julho n.º 13, 1º eq, Cidade do Mindelo - Ilha de S. Vicente

E-mail: consul.portugal@cvtelecom.cv

Telefones: +238 232 31 30; **Fax:** +238 232 53 55

Período Realização do Estágio: De 01 de Abril a 30 de Junho de 2014

Carga Horária: 8 horas diárias (480 horas)

ORIENTADOR DO ESTÁGIO

Orientador: ROSÁLIA GROLA ANDRADE VASCONCELOS LOPES

Cargo/Função: CÔNSUL HONORARIO

LISTA DE ABREVIATURAS

CHPM- Consulado Honorário de Portugal no Mindelo

CV/UE - Cabo Verde/União Europeia

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ACP- África Caraíbas e Pacífico

CVRC- Convenção de Viena sobre Relações Consulares

CCV- Centro Comum de Vistos

PpM- Parceria para a Mobilidade

DGACCP- Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidade Portuguesa

MNECC- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades

EUA- Estados Unidos da América

PMA- Países Menos Avançados

PRM- Países de Rendimento Médio

OMC- Organização Mundial do Comércio

UE- União Europeia

ONU- Organização das Nações Unidas

CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

UA- União Africana

ACP/UE- África, Caraíbas e Pacífico/União Europeia

FED- Fundo Europeu de Desenvolvimento

RUP- Regiões Ultraperiféricas

CCE- Comunicação da Comissão Europeia

MAC- Madeira, Açores e Canárias

FEDER- Fundo de Desenvolvimento Regional

AO- Ajuda Orçamental

IPAD- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

APD- Ajuda Pública ao Desenvolvimento

RESUMO

Tendo em conta a importância vital na ligação do Estado às comunidades no estrangeiro, a rede consular vem há muito tempo assumindo o papel de difusor e promotor da cultura, da língua e do Turismo. Mais que meros postos burocráticos, estas missões consulares confirmam-se amiúde como verdadeiros “*pequenos ministérios da cultura*”, forjando complexas redes identitárias e culturais e, ao mesmo tempo, projetando a cultura, a língua e o turismo.¹

A crescente afirmação de Cabo Verde no plano internacional pressupõe uma clara articulação entre a política interna e a política externa de modo a que o interesse nacional possa ser devidamente equacionado, promovido e defendido em tudo quanto seja posicionamento externo do país.² E Cabo Verde sendo uma nação de vocação eminentemente atlântica, o que lhe confere um papel de relevante utilidade geo-estratégica que importa ser assumido por inteiro, com a preocupação primeira de manter e consolidar as parcerias existentes, construir novas parcerias de alcance estratégico e erigir alianças seguras e eficazes ao serviço do interesse nacional.³

É nesta ótica, que pretendemos fazer a análise das relações entre Cabo Verde e Portugal, identificar a importância desta relação sobretudo no estabelecimento da Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia (CV-UE), uma vez que foi durante a terceira Presidência Portuguesa do Conselho Europeu em 2007, que Cabo Verde e a União Europeia, assinaram a Parceria Especial, cujo objetivo é reforçar as suas relações no âmbito do Acordo de Cotonou. A parceria foi fundamentada sob o ponto de vista de que estes dois atores internacionais partilham interesses e desafios comuns, assim como, laços históricos, culturais e linguísticos que caracterizam as suas relações.

¹ Santos, António. (2012). Relatório Estágio: A Atividade Cultural do Consulado Geral de Portugal em Boston

² Programa do Governo para a VII Legislatura 2006 – 2011

³ IDEM

É neste contexto e com este entendimento que Cabo Verde tem vindo a procurar assegurar a sua atuação internacional, garantindo a tempo um desenvolvimento da economia e preservando a paz, a estabilidade interna e a sua segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Redes Consulares; Política Externa; Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia; Portugal

ABSTRACT

Are of vital importance in the state's connection to the communities abroad, the consular network has long assumed the role of protector and promoter of culture, language and Tourism. More than mere bureaucratic posts, these consular missions often are confirmed as true "small ministries of culture", forging complex identity and cultural networks and, at the same time projecting the culture, language and tourism.

The growing assertion of Cape Verde at the international level requires a clear link between domestic policy and foreign policy so that national interests can be properly solved, promoted and defended in all that is external position of the country. And Cape Verde being a nation eminently Atlantic vocation, giving it a role of relevant geo-strategic utility that matters be taken as a whole, with the primary concern for maintaining and consolidating existing partnerships, build new strategic scope of partnerships and build safe and effective alliances to serve the national interest.

It is in this perspective, we want to make the analysis of relations between Cape Verde and Portugal, identify the importance of this relationship especially in the Special Partnership establishment Cape Verde - European Union (CV- EU) as it was during the third Portuguese Presidency of the Council European in 2007, Cape Verde and the European Union signed the Special Partnership, which aims to strengthen their relations under the Cotonou Agreement. The partnership was based on the view that these two international actors share common interests and challenges, as well as historical, cultural and linguistic ties that characterize their relationship.

In this context and with this understanding that Cape Verde has been trying to ensure its international operations, ensuring both a development of the economy and preserving peace, internal stability and security

KEYWORDS: Consular Networks; Foreign policy; Special Partnership Cape Verde - European Union; Portugal

“À minha família, minha força para vencer”

Começo por agradecer á DEUS, por me ter dado o dom da vida.

À minha MÃE que sempre me incentivou e me apoiou em todos os momentos, e que muitas vezes suprimia as suas necessidades para que as minhas fossem prioridades e a toda a minha família, pelos apoios de todas as formas.

Agradeço também à Universidade do Mindelo, (UNI-MINDELO), a todos os meus professores, em especial a Coordenadora do Curso e Orientadora de Estágio - Mestre Risanda Soares, pelas valiosas indicações, sugestões, críticas que contribuíram para o desenvolvimento e conclusão do meu trabalho.

Agradecimentos especiais a todos do Consulado Honorário de Portugal em Mindelo, em especial a D. Rosália Vasconcelos, pela oportunidade de estágio, e pelo empenho e dedicação a fim de me tornar uma boa estagiária para terminar esta etapa do meu curso com muito bons conhecimentos.

Aos meus queridos colegas e amigos pela amizade e apoio técnico e a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos, o meu Profundo e Eterno Agradecimento

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
CAPÍTULO I.....	10
I- APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE ACOLHEDORA.....	10
1- Breve Historial do Consulado Honorário de Portugal no Mindelo.....	10
1.1- Funcionamento do CHPM.....	11
1.2- Serviços prestados pelo CHPM.....	12
1.3- Organização e Gestão Documental	12
1.4- Gestão Financeira da entidade acolhedora	14
1.5- Centro Comum de Vistos em Cabo Verde (CCV)	14
1.6- Recolha de Dados Biométricos	15
1.7- Atividades desenvolvidas.....	16
2- Enquadramento das Redes Consulares de Portugal	16
CAPÍTULO II.....	19
I- ESTUDO DE CASO	19
1- Justificativa do Tema	19
2- Metodologia	19
3- Objetivo Geral do Estudo de Caso	20
4- Enquadramento de Cabo Verde no contexto internacional.....	20
5- Cabo Verde e a União Europeia.....	23
6- Breve historial das Convenções de Yaoundé, Lomé ao Acordo de Cotonou	24
7- Antecedentes da Parceria Especial CV/UE.....	26
8- A Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia.....	29
8.1- Instrumentos reguladores da Parceria Especial CV/UE.....	30

8.2- Financiamento da Parceria Especial CV/EU.....	31
8.2.1- Ajuda Orçamental afectadas a CV em 2014.....	32
8.3- Pilares da Parceria Especial.....	33
8.4- Projetos desenvolvidas durante a Parceria Especial CV/UE.....	36
9. A Parceria para a Mobilidade (PpM)	41
9.1- Projetos desenvolvidos na PpM	42
CAPITULO III	44
I- O CONTRIBUTO DE PORTUGAL NA PARCERIA ESPECIAL CV/UE	44
1- A Cooperação Portugal/Cabo Verde/EU.....	44
2- Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Cabo Verde (2010 – 2014)	46
3- O Protagonismo de Portugal na Parceria Especial Cabo Verde/EU	48
CONCLUSÕES	51
RECOMENDAÇÕES.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
PROGRAMA DE ESTÁGIO	58
ANEXOS	59

Índice de Tabelas

Tabela 1 - CHP, Autorizados para a Prática de Atos de Registo Civil, Notariado, Recenseamento Eleitoral e Emissão de Documentos de Viagem.....	18
Tabela 2 - Alguns acordos que CV participou no âmbito das relações ACP/UE.....	26

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Ajudas Orçamentais da UE e dos Estados Membros, em %, em 2014.....	32
Gráfico 2 - AO do Grupo de Apoio Orçamental (GAO), em %, em 2014	33
Gráfico 3 - Peso de cada sector no total da APD Líquida em CV em % - 2014.....	47

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio académico, que ora se apresenta, tem a finalidade a obtenção do grau de Licenciatura no curso de Ciência Política e Relações Internacionais, permitindo um contacto direto e prático com os desafios da vida laboral numa das áreas do nosso curso. Para o efeito seguiu-se o modelo de realização de estágio elaborado pela Universidade. O estágio supramencionado decorreu nas instalações do Consulado Honorário de Portugal em Mindelo, São Vicente, entre 01 de Abril a 30 de Junho de 2014, com uma duração total de 480 horas, conforme os termos e cláusulas estipulados no regulamento académico da Universidade do Mindelo.

Desde os descobrimentos que as migrações são uma constante na narrativa histórica de que se alimenta o imaginário social nacional. Essa relação intrínseca entre emigrantes e pátria, expressa-se espontaneamente na formação de curiosas bolhas identitárias, que de um modo quase espontâneo, laboram incansavelmente para reavivar a sua identidade.

Com o processo de descolonização e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), há uma tentativa de reconfiguração externa do império colonial através da incorporação dos emigrantes. No novo paradigma, os emigrantes são a pedra-basilar da imagem e influência de uma nação pós-colonial baseada em elos de sangue e culturais.

É na esteira desta renovação da portugalidade que se compreende o novo papel das embaixadas e consulados como impulsionadores da cultura e legítimos representantes dos Estados Soberanos no exterior.

Colonizadas por Portugal desde 1460, as ilhas de Cabo Verde foram povoadas por diversas etnias vindos da costa africana, mas também por populações oriundas da metrópole. Cabo Verde é um país africano de expressão portuguesa que tem laços históricos e de sangue de cinco séculos com Portugal e que pertence à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O relacionamento político com Portugal enquanto parceiro estratégico do desenvolvimento de Cabo Verde constituiu secularmente uma realidade permanente e recorrente à prossecução da política externa Cabo-verdiana.

É neste sentido que este relatório procurará dar a conhecer o funcionamento, orgânica do Consulado Honorário de Portugal em Mindelo, e neste contexto, orientamos o nosso estudo de caso para analisar as relações entre Cabo Verde/Portugal/ União Europeia (UE), com o propósito de identificar as várias fases e formas desse relacionamento e fazer a ponte de ligação entre o relatório de Estágio e o estudo de caso com o intuito principal, de fazer entender qual o contributo de Portugal no estabelecimento da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia.

O presente relatório começa por tratar os conceitos e abordagens teóricas e dividir-se-á em três capítulos, em que, o primeiro capítulo fazemos uma breve descrição da Entidade Acolhedora do Estágio, CHPM, assim como o enquadramento das redes consulares de Portugal. No segundo capítulo iremos abordar o estudo de caso onde será exposta a justificação do tema, o objetivo e a finalidade do trabalho, a metodologia de investigação, em seguida fazer o enquadramento de Cabo Verde no contexto internacional, abordando também de forma diacrónica, o historial da cooperação entre CV/UE até chegar a Parceria Especial CV/UE. Feita essa abordagem no terceiro capítulo será estudada o contributo de Portugal no estabelecimento da Parceria Especial entre CV/UE de modo a atingir os objectivos do trabalho, bem como a conclusão e recomendações e ainda as limitações ao estudo.

DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Para a realização de qualquer trabalho científico, os conceitos e o discurso teórico são fundamentais. Assim, torna-se imprescindível que se apresente, defina e analise os conceitos que dão sustentabilidade ao trabalho que ora se desenvolve, obtendo-se pela definição de conceitos relacionados com a política externa e as redes consulares, definindo os outros conceitos à medida que os mesmos vão surgindo.

A Análise de Política Externa é hoje um campo de estudos bem consolidado dentro da grande disciplina das Relações Internacionais (RI).

A **Política Externa**, tradicionalmente associada aos Estados, mas crescentemente associada a outros actores, como a União Europeia (UE), projecta interesses e objectivos domésticos/internos para o exterior. É assim entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos actores no sistema internacional⁴.

É neste contexto que realço alguns autores que de forma objetiva apresentam e delineam a definição da Política Externa. Vilanova (1995)⁵, define a Política Externa como o conjunto de ações que um Estado exerce para fora de suas fronteiras, tanto mediante relações com outros Estados (bilaterais ou multilaterais) como mediante relações com organizações internacionais e outros atores do sistema internacional. Mas por seu turno, Victor Marques dos Santos⁶ tem outra percepção, para ele a política externa é o conjunto de linhas de ação política desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objectivos definidos num programa de governo.

⁴ Freire, Raquel; Vinha, Luís. (2011). Política Externa: Modelos Actores e Dinâmicas. In Freire, Maria Raquel (ed.) Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança. Coimbra

⁵ Vilanova, Pere. (1995). El Estado y el Sistema Internacional: una aproximación al estudio de la política exterior, Barcelona, EUB

⁶ Santos, Victor Marques. (2000). Reflexões sobre a Problemática da Avaliação de Resultados em Análise de Política Externa., in Estudos em Memória do Professor Doutor Luís Sá, Lisboa.

Mas a definição que melhor se enquadra nas relações internacionais dos nossos tempos é a de Christopher Hill⁷, que diz que a Política Externa é a soma de relações externas oficiais conduzidas por um ator independente, geralmente um Estado, num sistema internacional, cada vez mais interdependente e globalizado. A Política externa constitui, assim, a tentativa de um Estado influenciar ou controlar os acontecimentos fora das suas fronteiras nacionais.

E assim a Política Externa se diferencia das Relações Externas, sendo que a política externa estabelece os objectivos a serem alcançados pelo Estado nas suas relações com os demais atores internacionais, o que supõem a aclaração das linhas de ação e a selecção das alianças consideradas necessárias para obter êxito. É portanto parte da política internacional, enquanto que, as relações exteriores, por sua vez, são constituídas pelo amplo leque de relações que o Estado cultiva com todos os demais atores. Esse leque compreende relações nos âmbitos económico, social, cultural, esportivo e religioso. Convém ainda destacar que grande parte dessas relações situa-se no domínio consular, e está regulamentada pelo direito internacional público, e que a diplomacia é o meio do qual se vale o Estado para as levar a prática⁸.

E de acordo com a Convenção das Relações Diplomáticas (artigo 1º), uma **Embaixada** ou “**locais da missão**”, são os edifícios ou parte dos edifícios (...), utilizados para as finalidades da missão, inclusive a residência do chefe da missão. Ou seja, ela é a representação diplomática de um país dentro de outro. Cada país só tem uma embaixada na nação estrangeira, que é responsável por assuntos de interesse comuns entre as duas nações envolvendo negociações políticas, desenvolvimento económico e cultural, informações oficiais, etc.

As funções de uma Embaixada, ou missão diplomática consistem segundo a Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas de 1961 (CVRD), no artigo 3º, representar o país de nacionalidade da Embaixada perante outro país; proteger, no país onde está localizada, os interesses do país de sua nacionalidade e os de seus cidadãos; negociar com o Governo do

⁷ Christopher, Hill. (2003). The Changing Politics of Foreign Policy, London, Palgrave Macmillan,

⁸ Gonçalves, Williams. Política Externa: Dimensões, Atores e Modelos. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas

país onde está localizada, em nome do país que representa; informar o Governo de sua nacionalidade dos acontecimentos no país onde está localizada e promover relações amistosas e desenvolver relações económicas, culturais e científicas entre os dois países.

Por regra, o embaixador ou a embaixada tem na sua dependência administrativa os consulados, que apoiam, nomeadamente em responsabilidades políticas. Ou seja, os consulados estão subordinados às embaixadas e tratam de questões mais específicas.

Designadas pela Convenção das Relações Consulares (CVRC)⁹ (artigo 1º nº 1 alínea a), por “posto consular”, todo o consulado-geral, consulado, vice-consulado ou agência consular. E na alínea j), por “instalações consulares”, os edifícios ou parte dos edifícios (...), que sejam utilizados exclusivamente para as finalidades do posto consular. Ela é onde o cônsul exerce o seu cargo.

Segundo o dicionário diplomático¹⁰, **Consulado** é a sede de representação administrativa estabelecida, no seu interesse, por um estado em cidade de outro país, com o objectivo de apoiar e proteger os seus cidadãos que viajam ou aí residem, ou no apoio a atividades comerciais e económicas. Ou seja, é a representação administrativa de um país dentro de outro e é responsável basicamente por resolver assuntos dos seus cidadãos no território estrangeiro, no auxílio administrativo tanto para pessoa física como jurídica, na emissão de vistos (quando requeridos ou se necessário) aos cidadãos do país onde o consulado se encontra. Não há limite de consulados para cada país, e cada um tem seu cônsul.

De acordo com a CVRC de 1963 no artigo 5º, são funções do consulado¹¹, proteger no Estado receptor, os interesses do Estado que o envia e de seus nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional; fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, económicas, culturais e científicas entre o Estado que envia e o Estado receptor e promover ainda relações amistosas entre eles, em conformidade com as disposições da presente Convenção; expedir passaportes e documentos de viagem aos nacionais do Estado que envia, bem como vistos e documentos

⁹ Tratado Internacional celebrado em 24 de Abril de 1963 que codifica as práticas que se desenvolveram por meio do Direito Internacional Consuetudinário e entrou em vigor em 19 de Março de 1967

¹⁰ Disponível em <<http://dicionariodiplomatico.blogspot.com/>> _ [consultado em 23/09/2015]

¹¹ Para mais informações sobre as funções de um Consulado, consultar a Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963

apropriados às pessoas que desejarem viajar para o referido Estado; agir na qualidade de notário e oficial de registro civil, exercer funções similares, assim como outras de caráter administrativo, sempre que não contrariem as leis e regulamentos do Estado receptor; prestar assistência às embarcações e aeronaves que tenham a nacionalidade do Estado que envia, entre outros.

No reforço as relações consulares, destaca-se o Centro Comum de Visto, (CCV)¹², um Projeto Europeu com o apoio incondicional de Portugal.

O CCV, é um projeto Europeu co-financiado pela União Europeia, inaugurado á 17 de Maio de 2010 e trata-se de uma iniciativa de Portugal, com a colaboração da Bélgica e o Luxemburgo, no âmbito da Parceria para a Mobilidade (PpM) entre Cabo Verde e a União Europeia.

A criação do CCV na Cidade da Praia, veio tornar possível a existência de condições de atendimentos eficientes e agilizar o processo de pedido de vistos para visitas de curta duração ao espaço Schengen¹³ de cidadãos Cabo-Verdianos e estrangeiros legalmente residentes em Cabo Verde, e desde a sua entrada em funcionamento, o CCV contribuiu para melhorar as condições de atendimento dos requerentes, para facilitar a entrega de pedidos de visto e tornar mais seguro, adequado e célere o tratamento, a análise e a emissão de vistos Schengen¹⁴. O CCV, representa atualmente 14 dos 25 Estados-Schengen, (a Alemanha, Áustria, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, França, Itália, Noruega, Países Baixos, República Checa, Suécia, para além de Portugal, Bélgica e Luxemburgo).

¹² Disponível em <<http://www.eurovisaccv.eu/page/centro-comum-vistos/>> [consultado em 23/09/2015]

¹³ Espaço Schengen é composto pelos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, República Checa, Países Baixos, Polónia, Portugal, Suécia e Suíça. Para transpor as fronteiras externas do espaço Schengen, de acordo com a legislação em vigor (Código de Vistos), os cidadãos de outras nacionalidades precisam de Visto.

Disponível em: <<http://www.secomunidades.pt/vistos/>> [consultado em 23/09/2015]

¹⁴Visto Schengen é uma autorização emitida por um Estado Membro com a finalidade de trânsito aeroportuário, trânsito ou intenção de estadia de curta duração no território de um ou mais Estados Membros. Disponível em:< <http://www.eurovisaccv.eu/page/centro-comum-vistos/>> [consultado em 23/09/2015]

A responsabilidade pela coordenação/gestão do CCV cabe ao Encarregado da Secção Consular da Embaixada de Portugal na Cidade da Praia, podendo vir a ser indicados, por cada um dos países participantes, funcionários destacados para ali trabalhar.

Depois de abordar o conceito da Política Externa e das Instituições Consulares é também imprescindível distinguir os conceitos e funções que cabe ao Diplomata, Embaixador, Cônsul e Cônsul Honorário, sendo que são os responsáveis por essas entidades descritas acima.

O Diplomata, é o Agente que um Estado (acreditante) envia ante outro Estado (recetor) para desenvolver as relações entre ambos. As normas de regulação da atividade do diplomata foram, em grande parte, de origem consuetudinária, acabando por serem fixadas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961. De acordo com este instrumento do direito internacional público, as funções do diplomata são as de proteger os interesses do estado acreditante no estado receptor; fomentar as relações amistosas; e, exercer (certas) funções consulares.

Após uma longa carreira, o Diplomata pode exercer as funções de Embaixador e de Cônsul.

O Embaixador, é o representante máximo do chefe de um Estado junto de um outro Estado. Para que um Diplomata ocupe a função de Embaixador, precisa ser nomeado pelo Presidente da República. Uma vez no exterior, ele pode ocupar a função por até cinco anos. Após o período, retorna ao País de origem ou é indicado para uma embaixada em outra nação.

Cônsul (em latim consul,-ulis), é o Agente oficial de um país em território estrangeiro, encarregado de lhe promover os interesses e de proteger os seus nacionais em localidades onde não há Embaixada¹⁵. Ou seja, é o funcionário consular representante de um estado numa cidade estrangeira, para aí proteger os interesses dos cidadãos e do estado que o nomeia. O papel do Cônsul é regulado, no plano internacional, pela CVRC de 1963.

¹⁵ in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

E define-se como Cônsul Honorário, o Cidadão de um estado designado por outro estado para desenvolver algumas funções consulares em cidade onde não tenha representação consular¹⁶. Ela é um(a) cidadão (ã) de um país, nele residente, e que exerce as funções de Cônsul representando os interesses de outra nação.

E segundo o nº 2 do artigo 1º desta mesma Convenção, existem duas categorias de funcionários Consulares; os Consulares de Carreira e os Consulares Honorários, no qual podem ser distinguidos da seguinte forma:

- Cônsul é uma função oficial, enquanto que, Cônsul honorária é apenas um título provisório como uma honraria, uma medalha.
- O(a) Cônsul Honorário(a) possui imunidade somente quando está a serviço do país que representa, enquanto o(a) Cônsul de Carreira possui imunidade permanente.
- O(a) Cônsul Honorário(a) é nomeado somente pelo Presidente da República ou Primeiro-Ministro do país que representa e o(a) Cônsul de Carreira pelo Ministro de Relações Exteriores do seu país de origem.
- O(a) Cônsul Honorário(a) realiza seu trabalho sem remuneração, por ideal e filantropia, podendo ser um empresário ou uma pessoa de renome na sociedade, enquanto o(a) Cônsul de Carreira é um funcionário(a) remunerado do Governo que representa, podendo ser de carreira (curso superior de diplomacia), ou político.
- Normalmente o(a) Cônsul Honorário(a) é cidadão(ã) do país onde exercerá sua função e o(a) Cônsul de Carreira cidadão(ã) do país que o(a) nomeou.

Para que o chefe de uma repartição consular possa assumir suas funções, o Estado que o envia deve apresentar ao Estado que o recebe a correspondente carta patente, documento que atesta a qualidade do funcionário e indica a sua jurisdição consular e a sede de

¹⁶Disponível em < <http://dicionariodiplomatico.blogspot.com/> [consultado em 05/06/2015]

repartição consular, (artigo 11º da CVRC de 1963). Após receber a carta-patente, o Estado onde residirá o Cônsul emite o exequátur ou beneplácito, o ato oficial escrito, que autoriza e reconhece a autoridade consular (artigo 12º da CVRC de 1963). Cada repartição consular atua numa área específica, chamada “jurisdição consular”.

CAPÍTULO I

I- APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE ACOLHEDORA

1- Breve Historial do Consulado Honorário de Portugal no Mindelo

A Missão do CHPM é de apoiar a comunidade Portuguesa, assegurar o eficaz desempenho das funções da repartição consular que representa.

E o objectivo, para além de servir os nacionais portugueses em cabo Verde, é também fornecer a população local, informações sobre regras e regulamentos do país que representa, incluindo a emissão de vistos.

O Consulado Honorário de Portugal em São Vicente, foi instalado em 1976 e tinha como Cônsul o Sr. Engenheiro Brigham da Silva. Após a saída do Sr. Engenheiro Brigham da Silva, por motivos de saúde, ficou uma representante do cônsul, mas por esta não ter competência para registos, fazia falta um novo Cônsul.

Devido a necessidade de haver em São Vicente um representante do governo português os nacionais portugueses que viviam em São Vicente pediram a nomeação de um novo Cônsul. O então Embaixador, o Dr. João Salgueiro, fez uma reunião com os nacionais Portugueses radicados em Mindelo e por meio de votação, foi escolhida a nova Cônsul de Portugal em São Vicente, que através da carta patente e nomeação, foi nomeada a Cônsul Honorária de Portugal no Mindelo. A Sr^a. Rosália Grola Andrade Vasconcelos Lopes (Professora na altura) tomou posse em Novembro de 1991. A nova Cônsul, na altura, sem formação específica na área consular, aceitou mesmo sabendo que seria um enorme desafio.

E assim, a então nomeada Cônsul Honorário de Portugal no Mindelo, foi aprendendo as suas funções, adaptando a essa nova realidade, fez um curso sobre a lei de nacionalidade, registos e notariado que só era permitida ao Cônsul de Carreira, o que lhe deu as competências necessárias para o desempenho dessa função.

Os pré-requisitos para ser um Cônsul honorário, é ser um grande empresário, ou uma pessoa de renome na sociedade e essa pessoa recebe um subsídio para gerir o consulado honorário. Este subsídio é lhe entregue mensalmente ou trimestralmente.

A exercer a função de Cônsul Honorária desde 1991, a Sr^a. Rosália Vasconcelos dirige essa instituição até o presente momento. Este consulado, abrange as áreas de jurisdição consulares das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau.

O consulado Honorário de Portugal no Mindelo¹⁷, depende administrativamente da Embaixada de Portugal em Cabo Verde e do Centro Comum de Vistos na cidade da Praia, e trata de questões mais específicas. A Embaixada de Portugal, instalada em Cabo Verde desde 9 de Julho de 1975, é uma missão bilateral e promove os interesses de Portugal em Cabo Verde. Cabo Verde tem como representantes de Portugal nas redes consulares, o Embaixador de Portugal, Sr. Bernardo Fernandes Homem de Lucena; o Encarregado do CCV, Dr. João Ricardo de Jesus Mendes; Cônsul honorária no Mindelo, Sr^a. Rosália Vasconcelos e Cônsul honorária na ilha do Sal, Sr^a. Sílvia Sousa.

1.1- Funcionamento do CHPM

O Consulado Honorário de Portugal em São Vicente funciona com o atendimento aos utentes de 2^a á 6^a feira das 08:30 às 11:30. Este atendimento é feito através da ordem de chegada controlada pela atribuição de senhas a cada pessoa para os diferentes serviços prestados. Mas é aconselhável contatar sempre o consulado para obter informações, antes de apresentar-se pessoalmente sobre os serviços específicos.

Das 14:30 às 18:00, trabbalham na organização dos processos e documentos que dão entrada na instituição.

A entrada de procesos de vistos se faz de 3^a á 5^a feira e o dia dos Nacionais Portugueses na 5^a feira, ou seja, os registos de nascimento, transcrição de casamento são feitos neste dia, mas os restantes serviços se fazem todos os días.

¹⁷ Elaborado a partir de um relato feito pela Cônsul Honorário de Portugal em Mindelo

No decorrer do estágio, para além da Cônsul honoraria, o CHPM é constituído pela *front office* com quatro funcionários, uma diretora de serviços, responsável pela contabilidade, um responsável pelos serviços notariados e processos de nacionalidade e as outras, nos restantes serviços. Mas mesmo com as referidas especificações, todos os funcionários do consulado trabalham no atendimento ao público na recepção e organização dos processos de visto, legalização de documentos, fornecimento de informações, etc.

O recrutamento desse pessoal administrativo é feito pela Cônsul Honorária, onde é exigido habilitações académicos no mínimo 12º ano de escolaridade.

Os assuntos particulares são enviados directamente ao cônsul por carta fechada, ou por audiência marcada com antecedência.

1.2- Serviços prestados pelo CHPM

No CHPM, para além da emissão dos passaportes portugueses; Bilhetes de Identidade portugueses, recebe procesos de pedidos de vistos de Curta duração (férias/turismo) que são enviados ao Centro Comum de Visto (CCV), e também para pedidos de vistos de residência, de estudo, de tratamento médico, contratos de trabalho e provas de futebol, que são enviados para a Embaixada. Também são serviços do Consulado, fazer atos Notariado como, casamentos, divórcios, registos e óbitos; o desbandeiramento ou liberação de Navios; legalizações/autenticação de documentos, entre outros. Vide anexo I

Mas também compete ao Cônsul, apoiar a Comunidade Portuguesa (apoio consular e representação) e acompanhar as autoridades do país que representa, dentro da sua área de jurisdição.

1.3- Organização e Gestão Documental

O arquivo consular do CHPM é organizado por assunto. Cada assunto corresponde a uma pasta individual, mas com o passar do tempo e com o volume de entrada de documentos e processos as pastas vão se multiplicando e ganhando números (por exemplo, folha de caixa

de Janeiro á Março, ou processo de nacionalidade ou de casamento 1,2, e assim sucessivamente), e em relação aos pedidos de visto são diferenciados pelos tipos de vistos requeridos, (por exemplo pasta dos vistos de reagrupamento familiar 1, 2..., prova de futebol, vistos de estudantes do ano 2000, 2001, etc.

O pagamento dos serviços fornecidos aos utentes do Consulado, antes era feito em dinheiro no próprio Consulado e depositado nas devidas contas. Agora o pagamento é depositado diretamente pelo requerente do visto no Banco Interatlântico através de um talão de depósito com o nº da conta do Centro Comum de Visto (CCV) ou da Embaixada de Portugal em Cabo verde (Praia), facultado no Consulado com os respetivos carimbos dependendo do serviço requisitado.

Todos os documentos que dão entrada nessa instituição, vem acompanhado de uma via do talão de depósito já efetuado no banco, e é emitido um recibo, cada um com o respetivo número, e lançados no livro de controlo com os valores e artigos que lhes são atribuídos pela Embaixada se se tratar dos serviços Consulares (Passaportes, B.I, Registos, legalizações, etc). Para além disso, é feito uma folha de caixa diária ao fim do dia e são entregues ao Cônsul, para serem assinadas e carimbadas e guardados cada uma na sua respetiva pasta devidamente identificada no arquivo. Mensalmente é feito o balanço do volume de trabalho e enviados a Embaixada de Portugal na Praia.

Os processos de visto de curta duração que dão entrada, para além de uma via do talão de depósito, é emitido um recibo, diariamente é feita a nota desses processos e sua respetiva folha de caixa e guardadas numa pasta especifica no arquivo. Semanalmente (5ª feira) são enviados ao CCV, os procesos de pedido de visto junto das respetivas notas de envio na mala diplomática fechada. Essa mala é entregue nos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV). Os passaportes com visto e os Bilhetes de Identidades Portugueses são transportados nesta mesma mala e os Passaportes Portugueses são feitos *online* diretamente aos serviços centrais de Lisboa. Depois de emitidos os serviços centrais de Lisboa envía-os a Embaixada de Portugal na Praia através da transportadora DHL (que faz o serviço de entrega) e entregues ao CHPM atraves desta msma transportadora.

O meio de comunicação utilizado diariamente é o telefone e o fax. Existe um e-mail de serviço da Cônsul.

1.4- Gestão Financeira da entidade acolhedora

A Cônsul Honorário(a) realiza seu trabalho sem remuneração, por ideal e filantropia, mas recebe um subsídio para gerir o consulado honorário. Este subsídio é lhe entregue mensalmente ou trimestralmente e gerido da melhor forma possível.

Os custos de funcionamento da instituição, (a manutenção da instalação, o pagamento dos funcionários), são mantidos com este subsídio. Também com este foi criado um fundo de maneio que a Cônsul atribui a Diretora da instituição para a gerir. Com este fundo são pagas as faturas das despesas feitas, (consumíveis e outros bens necessários) no CHPM. Os recibos destas despesas são entregues a Cônsul para o ajuste de contas e o valor reposto para novas aquisições.

1.5- Centro Comum de Vistos em Cabo Verde (CCV)

O CCV, é uma iniciativa europeia na cidade da praia desde 2010 e é co-financiada pela UE no âmbito das acções comunitárias do fundo para as fronteiras externas (FFE) de 2008, 2009 e 2011 no montante global de 3 milhões de Euros. O CCV possibilita a marcação ou alteração de marcações de entrevistas através da internet bem como o agendamento para a entrega do pedido de visto por telefone. E também organiza regularmente a recolha de dados biométricos para os utentes das outras ilhas, para além de dispor de um laboratório moderno que ajuda detetar fraude documental¹⁸.

Desde o início do funcionamento CHPM, os documentos de pedido de visto que recebiam eram somente para Portugal, e os enviavam para a seção consular na Praia. Mas com a comissão mista paritária, para além de Portugal entrou para o Centro Comum de Visto (CCV), outros países, e actualmente o CHPM recebem pedidos de vistos de curta duração

¹⁸ DUE (2014). Relações entre a União Europeia e a Republica de Cabo Verde

(férias) para os seguintes países do espaço Schengen: Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, Finlândia, França, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos (Holanda), República Checa e Suécia¹⁹. Outros tipos de vistos são pedidos diretamente à Embaixada ou representantes Consulares de cada país, alguns em Mindelo, por exemplo no caso da Espanha, na cidade da Praia, a Itália ou até mesmo no Dakar, no caso da Holanda.

1.6- Recolha de Dados Biométricos

Com a entrada em vigor do Visa Information System (VIS), quando entregar o pedido de visto, caso este seja considerado admissível, deverá efectuar a recolha dos dados biométricos. Esta recolha deverá ser efectuada no primeiro pedido de visto, devendo o requerente comparecer pessoalmente.

Este sistema foi implementado de acordo com a Decisão 2006/648/CE, da Comissão, de 22 de Setembro de 2006, e com as regras da Organização Internacional de Aviação Civil. A recolha consiste no levantamento das 10 impressões digitais (desde que não exista uma incapacidade temporária ou permanente) e em tirar uma fotografia nas máquinas existentes no Posto Consular para o efeito.

E estão isentos desta recolha de dados, crianças menores de 12 anos; pessoas impossibilitadas de fornecer impressões digitais; Chefes de Estado e de Governo e membros de Governos nacionais e respectivos cônjuges que os acompanham, bem como membros das delegações oficiais, quando são convidados por Governos dos Estados Membros ou por organizações internacionais para fins oficiais; Monarcas e outros membros eminentes de famílias reais, quando convidados pelos governos dos Estados Membros ou por organizações internacionais para fins oficiais²⁰. Os vistos de Estudo, tratamento, residência (reagrupamento familiar), estes não precisam da recolha dos dados biométricos.

¹⁹ IDEM

²⁰ Disponível em < <http://www.eurovisacv.eu/> > [consultado em 23/09/2015]

Em Cabo Verde, a partir de 2013, começaram a ser exigidas a recolha de dados biométricos para pedidos de visto de curta duração (férias). As pessoas de todas as ilhas na entrega do pedido de visto, tinham de descolar à cidade da Praia para fazerem essa recolha, visto que, as máquinas da recolha de dados biométricos, só estariam disponíveis em São Vicente trimestralmente e por poucos dias.

1.7- Atividades desenvolvidas

No decorrer do estágio houve a oportunidade de participação em alguns serviços prestados pelo CHPM, nas quais serão apresentados na tabela a seguir

Atividades desenvolvidas pela Estagiária
Atendimento de telefonemas, atendimento aos utentes e fornecer informações
Receber e entregar documentos
Preencher talão de depósitos e emitir recibos
Fazer Inscrições Consulares; Bilhete de Identidade; Passaporte Electrónico; Legalizações
Receber e organizar processos de Vistos
Marcar audiências para a Cônsul
Fazer marcações e organizar os processos de recolha de dados biométricos
Fazer lançamento diário no livro de emolumentos; fazer as folhas de caixa diária
Assistir a registo de Nascimento e Leitura do Processo de transcrição de Casamento feitos pela Cônsul
Organizar cópias dos documentos nas suas respectivas pastas no arquivo consular
Ajudar na organização da mala diplomática

2- Enquadramento das Redes Consulares de Portugal

As missões consulares portuguesas, como o CHPM sobre que debruça este relatório, existem com os pressupostos de assegurar a defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses que se encontrem na respetiva área de jurisdição consular. Portugal é ainda um dos 173 países signatários²¹ da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963,

²¹ Santos, António. (2012). Relatório de Estágio: A Atividade Cultural do Consulado Geral de Portugal em Boston

que determina as normas de funcionamento das relações consulares e os deveres e limites de ação dos titulares e funcionários das missões consulares.

A distribuição das missões diplomáticas e dos postos consulares portugueses obedece a uma configuração geopolítica que tem em conta os interesses, económicos e financeiros, predispostos também de acordo com a geografia do passado colonial português.

Em Portugal, a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) é o serviço central do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), integrado na administração direta do Estado, cuja lei orgânica se encontra fixada pelo decreto-regulamentar nº 9/2012, de 19 de janeiro, que define a missão, as atribuições e o tipo de organização interna. Ela tem por missão assegurar a efectividade e a continuidade da ação do MNE nos domínios da actividade consular desenvolvida nos serviços periféricos externas e da realização da protecção consular, como na coordenação e execução da política de apoio á emigração e as comunidades portuguesas no estrangeiro.

A DGACCP, encontra-se estruturada em 4 unidades orgânicas: a direcção de serviços de administração e protecção consular; a direcção de serviços de emigração; a direcção de serviços de vistos e circulação de pessoas e a direcção de serviços regionais.²²

A atual rede consular portuguesa compreende as seguintes categorias de postos consulares; os Consulados-gerais; Consulados; Vice-consulados e são ainda postos consulares que compõem a rede consular portuguesa os Consulados Honorários.

Segundo o relatório da emigração 2014²³ do DGACCP, em 2014, Portugal contou com 222 Consulados honorários ativos, dos quais 48 com competências para a prática de atos consulares em matéria de registo civil e notariado, 29 para a emissão de documentos de

²²Disponível em https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/PDFs/Plano_Atividades_DGACCP_2015.pdf [consultado em 23/09/2015]

²³Relatório da Emigração Portuguesa. Séries Cronológicas 2000-2014 - disponível em https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Relatorio_da_Emigra%C3%A7ao_2014.pdf [consultado em 23/09/2015]

viagem e 34 para a realização de operações de recenseamento eleitoral. Destes, 10 Consulados Honorários funcionaram em regime de atendimento permanente.

Apresentamos a seguir uma lista dos Consulados Honorários Portugueses (CHP), autorizados para a prática de atos de Registo Civil, Notariado, Recenseamento Eleitoral e emissão de Documentos de Viagem em 2014, ds quais Mindelo (São Vicente) e a ilha do Sal fazem parte.

Tabela 1 - CHP, autorizados para a prática de atos de Registo Civil, Notariado, Recenseamento Eleitoral e emissão de Documentos de Viagem

Andorra	Los Angeles	Natal
Auckland	Mbabane	Reiquiavique
Auckland	Manaus	Santos
Bilbao	Melbourne	St. Hellier
Clermont-Ferrand	Milão	Santo Domingo
Comodoro Rivadavia	Mindelo	San Juan de Puerto Rico
Durban	Nassau	Tours
Hamilton	Natal	Waterbury-Naugatuck
Ilha do Sal	Orense	Winnipeg
Istambul	Orleães	---
León	Porto Seguro	---

Fonte: DGACCP

O Regulamento Consular prevê que os postos e as seções consulares possam, sempre que se justifique e mediante autorização do Ministro dos Negócios Estrangeiros, instituir presenças consulares. Estas devem realizar-se dentro da área de jurisdição do posto consular e visam assegurar o apoio consular, através da deslocação de funcionários consulares a locais previamente estabelecidos e onde residam comunidades portuguesas que dela careçam.

CAPÍTULO II

I- ESTUDO DE CASO

1- Justificativa do Tema

O que motivou a escolha deste tema, foi o intenso e longínquo relacionamento entre Cabo Verde e Portugal, visto que mesmo depois da Independência de Cabo Verde em 1975, Portugal continua a ser o principal parceiro do País no exterior.

É de referir ainda que, com o empenho de Cabo Verde e o apoio incondicional de Portugal, foi possível concretizar durante a 3ª Presidência Portuguesa da União Europeia, a Parceria Especial CV/UE, a primeira que a UE estabelece com um país África, Caraíbas e do Pacífico (ACP). Com esta iniciativa as relações entre Cabo Verde e a UE, evoluíram de uma lógica de cooperação para o desenvolvimento para um quadro de cooperação baseado em interesses comuns.

O presente estudo visa, com recurso ao universo teórico e ao referencial metodológico da Ciência Política e Relações Internacionais, analisar as estratégias da Política Externa e da diplomacia Cabo-verdiana nas relações Cabo Verde/Portugal/UE até a Parceria Especial CV/UE, mostrando o contributo de Portugal nesta Parceria.

2- Metodologia

No que concerne à metodologia para a realização do estudo de caso, foram utilizados a técnica de pesquisa bibliográfica que consiste no levantamento de material já elaborado, constituído principalmente de livros, teses, artigos, periódicos, bem como sites oficiais da Embaixada de Portugal em Cabo Verde, da Delegação da União Europeia em Cabo Verde, do Governo de Cabo Verde. Também se recorreu as informações cedidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde (MIREX) - Secretaria Executiva da Parceria Especial e a Delegação da União Europeia em Cabo Verde (DUE).

Como forma de reforçar a recolha das informações textuais, recorreremos a algumas entrevistas/conversas adicionais ao longo da recolha dos dados, cedidas por alguns intervenientes do processo de implementação da parceria CV/UE.

Convém, no entanto, salientar que durante a fase de pesquisa foi difícil aceder a manuais que abordassem o tema que se insere no âmbito deste estudo, tendo-se recorrido a informações em alguns sites de pesquisa na internet.

Tratar-se-á, portanto de uma análise, revisão e integração de dados qualitativos.

3- Objetivo Geral do Estudo de Caso

- Analisar a Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia (CV/UE).

Objetivos Específicos

- Analisar os interesses de convergência que permitiram a celebração da Parceria Especial CV/UE.
- Perceber o contributo da Parceria Especial entre CV/UE para o progresso e bem-estar social do arquipélago.
- Analisar o papel de Portugal na afirmação da Parceria Especial CV/UE.

4- Enquadramento de Cabo Verde no contexto internacional

Este capítulo inicia com uma abordagem, ainda que de forma sumária do enquadramento de Cabo Verde no contexto internacional.

As Relações Internacionais, são um ramo da ciência Ciência Política que, desde a IIª Guerra Mundial se ocupa do estudo sistemático da interação política, económica, social e religiosa de diferentes nações, com reflexos que transcendem as fronteiras de um determinado Estado²⁴.

Embora a Política Internacional tenha regras e dinâmicas próprias, suas consequências incidem sobre o conjunto da sociedade. As decisões tomadas pelos responsáveis pela política externa contribuem, portanto, para transformar a realidade nacional²⁵. Ela é geralmente arquitetada em cenários de cooperação internacional multilateral com o intuito de proteger os interesses internacionais, de uma nação, salvaguardar a segurança nacional, projetar determinados objetivos políticos, ideológicos e culturais, e garantir a prosperidade económica²⁶.

Com a globalização e o desenvolvimento das tecnologias de informação, surgiram novas alterações na cena internacional fomentadas pelo recrudescimento de (novas) ameaças, como o terrorismo fundamentalista, a criminalidade transnacional organizada, bem como conflitos intra-estatais que comprometem a paz, a segurança regional e internacional, que conseqüentemente, obriga os Estados a criarem mecanismos estratégicos como forma de garantir um ambiente propício à paz, ao comércio mundial e ao desenvolvimento.

É neste contexto que Cabo Verde, sendo uma nação de vocação atlântica, tem vindo a procurar assegurar a sua crescente afirmação internacional, investindo incessantemente na segurança cooperativa como forma de salvaguardar os interesses nacionais, orientados para o desenvolvimento, para a estabilidade interna e para a segurança nacional.²⁷ Nesta sequência, as elites da política externa cabo-verdiana têm vindo a apostar, desde 2005, numa estratégia de transformação e modernização económica do país com vista a inserir-se

²⁴ Tolentino, Corsino. A Integração Africana na Política Externa de Cabo Verde. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas

²⁵ Gonçalves, Williams. Política Externa: Dimensões, Atores e Modelos. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas

²⁶ Costa Suzano & Pinto Nobre Jorge. A Política Externa Cabo-verdiana num Mundo Multipolar: Entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas

²⁷ Programa de Governo de Cabo Verde, 2006-2011

de forma dinâmica na economia internacional. Reforçando as parcerias estratégicas, consolidando a boa governação, a estabilidade, a paz, a segurança e a educação.²⁸

Em suma, os ganhos das opções tomadas têm vindo a manifestar-se progressivamente em vários indicadores da sua política externa, deixando o país, desde 2008, de pertencer a lista dos Países Menos Avançados (PMA) para fazer parte da lista dos Países de Rendimento Médio (PRM), outrossim, nesse mesmo ano, o país aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC)²⁹, para além da seleção do país, como beneficiário do *Millennium Challenge Account* (MCA)³⁰. É também de salientar a sua pertença à região da Macaronésia³¹ e a assinatura e aprovação, pelo conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, do acordo da parceria especial entre CV e a UE³².

Todos estes fatos mencionados anteriormente se devem à estabilidade económica, social e política do país, à boa gestão pública e ao seu bom relacionamento com a sociedade internacional. Um país com características como as de Cabo Verde, que tem um regime democrático estável e uma posição geoestratégica importante, assume uma importância vital para o aumento da segurança internacional. Mas sendo um país pequeno e arquipelágico, desprovido de meios de defesa, com uma ampla zona económica exclusiva (ZEE) e situado numa zona do atlântico de intenso tráfego marítimo torna-se indispensável a cooperação em matéria de defesa e segurança com os parceiros interessados em manter a segurança nessa região³³.

²⁸ PNUD, (2004). As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a Transformação de Cabo Verde. Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano. Cabo Verde – 2004.

²⁹ CV tornou-se a partir de 23 de Julho de 2008, após ratificação do Protocolo de adesão pela Assembleia Nacional, (Resolução nº 73/VII/2008, de 19 de Junho, publicada no B.O. nº 22/08, Iª Série), o 153º Membro da OMC.

³⁰ É um programa instituído pelo governo norte-americano que se destina a combater a pobreza a nível mundial, promover o desenvolvimento económico sustentado e premiar os esforços no sentido de promover a boa governação, a democracia o respeito dos direitos humanos, a consolidação do Estado de Direito, a transparência na gestão dos recursos e a introdução de medidas de combate à corrupção. Disponível em <<http://www.mcc.gov> e www.mca.cv> [consultado em 23/09/2015]

³¹ A Região da Macaronésia engloba os arquipélagos dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira

³² Costa, Suzano. (2009). Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, estratégias e retóricas de integração, Lisboa, FCSH-UNL

³³ Gonçalves António, (2010). Política Externa de CV de 1975 á 2008

Porque a título de exemplo, numa reportagem, a cargo da jornalista Ana Cristina Pereira³⁴, sobre as novas rotas do tráfico de cocaínas, ficou-se a saber que atualmente existem três rotas conhecidas, com destino à Europa, onde em duas das quais aparece Cabo Verde; a rota do centro (via Cabo Verde, Madeira ou Canárias) e a rota africana (via Golfo da Guiné ou largo de Cabo Verde).

Neste sentido, as Organizações Internacionais e Regionais, assentes no princípio da igualdade dos estados, garantem um importante espaço de articulação política para se fazer vincar os interesses e os posicionamentos daqueles que, em diversos contextos, teriam enormes dificuldades de se fazerem ouvir. É por esta via que CV tem procurado maximizar as potencialidades conseguidas em varias Organizações Internacionais (OI), nomeadamente na Organização das Nações Unidas (ONU), na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), na francofonia, na Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na União Africana (UA), União Europeia (UE) no grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

5- Cabo Verde e a União Europeia

A União Europeia, cujos princípios basilares são a construção de uma zona de paz, estabilidade e progresso baseada na Democracia e respeito dos Direitos Humanos, entre outros grandes valores, deseja projetar esses valores a outras regiões e Países dos seus arredores e do resto do mundo. De entre esses países encontra-se Cabo Verde cujas relações com a Europa, já datam de há muito tempo, podendo dizer desde os descobrimentos. Os séculos de história comuns foram marcados por transacções comerciais permanentes, intensas relações humanas e subsequentes ligações culturais e religiosas e com a emigração de cabo-verdianos para os países europeus.

As relações de Cabo Verde com a UE começaram em 1977, 2 anos após a sua independência, com a sua adesão a Convenção de Lomé I (correspondente ao 4º Fundo Europeu de Desenvolvimento - FED) quando começou a beneficiar do apoio da UE, e essas

³⁴ Artigo publicado no jornal Público (03 de Janeiro, 2011)

relações, estão enquadradas pelo Acordo de Cotonou de 2000³⁵ e pela Parceria Especial. O Acordo de Cotonou permite a cooperação para o desenvolvimento, privilegiando a redução da pobreza, financiada essencialmente pelo FED. E com a Parceria Especial, em Novembro de 2007 um novo instrumento de natureza evolutiva, as relações entre CV/UE atingiram um novo patamar, dando mais ênfase ao diálogo político e defesa de interesses comuns entre as duas partes. (DUE, Cabo Verde)³⁶

O Acordo de Cotonou constitui o principal instrumento de ajuda da UE para Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Nos dias que correm a UE torna-se numa parceira de grande importância estratégica para Cabo Verde. Não só no âmbito geo-económico, mas também no que concerne à segurança. Efetivamente, a Comissão Europeia tem vindo, cada vez mais, a demonstrar o seu interesse no que respeita à cooperação bilateral com Cabo Verde, por exemplo, no apoio à fiscalização da ZEE cabo-verdiana onde os objetivos primordiais passam pelo controlo do tráfego de drogas, de armas de destruição maciça, passando pela imigração ilegal e pelo terrorismo, cuja inexistência de meios eficazes de prevenção e combate, por parte do Estado cabo-verdiano, é uma realidade que a Europa não pode continuar ignorar.³⁷

6- Breve historial das Convenções de Yaoundé, Lomé ao Acordo de Cotonou

As relações entre a UE e os países do Sul tiveram início nas Convenções de Yaoundé I e II assinadas, respetivamente, em 1963 e 1969, entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e as 19 antigas colónias da França. Com a entrada, em 1973, da Irlanda, Dinamarca e Reino Unido na CEE estendeu-se a cooperação à Oceania, à América Latina e a todos os países anglófonos ex-colónias da Inglaterra. Com essas alterações, a Convenção de

³⁵Acordo [2000/483/CE](#) de parceria entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros assinado em Cotonou, em 23 de junho de 2000. O Acordo de Cotonou tem como principais objetivos a redução da pobreza e, a prazo, a sua erradicação e a integração progressiva dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) na economia mundial, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

³⁶DUE (2014). Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde

³⁷Barros (2011). A União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde. Academia Militar Direcção de Ensino

Yaoundé foi substituída em 1975 pela Convenção de Lomé I assinada entre a CEE e 46 países ACP.

Em 1979 foi negociada a segunda Convenção de Lomé e o número dos países ACP aumentaram para 58, entre os quais Cabo Verde. A terceira Convenção de Lomé teve a sua vigência de 1985 a 1989, e nesta época a CEE já contava com a adesão de Portugal e Espanha, passando a ter 12 Estados-Membros, e o grupo ACP já reunia 64 países, dos quais 43 são africanos. A última versão da Convenção de Lomé (Lomé IV) foi assinada em 1990 por um período de 10 anos e beneficiou-se de uma revisão em 1995. Entretanto, a Convenção de Lomé veio a ser substituída, em 2000, pelo atual Acordo de Cotonou para um período de 20 anos.³⁸

Através dessas Convenções e do Acordo de Cotonou, Cabo Verde tem conseguido uma grande evolução na sua cooperação com UE e, um significativo impacto do seu desenvolvimento socioeconómico. Visto que as convenções e acordos feitos proporcionaram a origem de outros programas nacionais e regionais nos países ACP como por exemplos, o (PIN) Programas Indicativos Nacionais e os (PIR) Programas Indicativos Regionais (PIR). Estes programas foram beneficiados com subvenções programáveis do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), designado de conjunto de contribuições dos Estados-membros da União Europeia para financiar projetos e programas. Há também a possibilidade de estes terem acesso a empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI)³⁹.

Na tabela seguinte, destacamos alguns acordos que Cabo Verde participou no âmbito das relações APC/UE.

³⁸ UNESCO, 2010

³⁹ DUE (2014). Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde

Tabela 2 - Alguns acordos que CV participou no âmbito das relações ACP/UE

Organização	Domínio	Título	Data da Publicação	Aprovação/Adesão/Ratificação
CEE	Vinculação	Acordo Parceria entre Estados ACP e a Comunidade Europeia (CE) e os seus Estados-Membros	18/6/2001	Resolução nº17/VI/2001
CEE	Vinculação	Convenção de Lomé II entre os Estados ACP e a CEE	1/11/1980	D.F.L. n.º 20/80 (BO n.º 44)
CEE	Vinculação	III Convenção de Lomé - ACP/CEE	29/3/1986	Lei n.º 3/III/86(BO nº13)
CEE	Vinculação	IV Convenção de Lomé - ACP/CEE	29/12/1990	Lei n.º104/III/90 (BO n.º 52 - 4º supl.)
CEE	Vinculação	Revisão da Convenção de Lomé IV, assinada nas ilhas Maurícias	30/12/1996	Resolução n.º 35/V/96 (BO n.º44 - 5.º supl.)
CEE	Vinculação	Aprova, para ratificação, o Protocolo de adesão da Áustria, Filândia e do Reino da Suécia à União Europeia	17/6/1997	Boletim oficial I S nº 23, 2º suplemento
CEE	Vinculação	Acordo de Cotonou-ACP/UE	18/6/2001	Resolução nº 17/IV/2001
CEE	Vinculação	Acordo de Cotonou-ACP/UE Revisto		Ratificada em 2007
CEE	Vinculação	Acordo que altera pela 2ª vez o Acordo de Parceria entre os ACP e a CE e os seus Estados Membros assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000, e alterado pela primeira vez no Luxemburgo em 25 de Junho de 2005	24/5/2012	B.O nº 30, I Série

Fonte: Assembleia Nacional de Cabo Verde

7- Antecedentes da Parceria Especial CV/UE

Em 2005, a temática sobre uma eventual integração de Cabo Verde na UE começou quando Mário Soares e Adriano Moreira, apoiados pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiro, Freitas do Amaral, Laborinho Lúcio que na altura representava o Presidente da República na Região Autónoma dos Açores, Padre Vítor Melícias, General Silvino Silvério Marques, os embaixadores Leonardo Mathias e Francisco Knopfli, além de Carlos Monjardino, Medina Carreira, Maria de Jesus Barroso e o Almirante Vieira Matias, lançaram uma petição pública defendendo uma futura adesão de Cabo Verde à UE, frisando que o

alargamento da União não podia ignorar a dimensão atlântica do Continente. (DN, 17 de Março, 2005)⁴⁰.

Os apoiantes desta causa reconheciam, no entanto, que o Tratado da união Europeia excluía a adesão de qualquer Estado fora do espaço europeu, mas argumentavam que a chave da questão é a identidade cultural e nessa matéria Cabo Verde também é Europa. Os subscritores da petição pública defendiam ainda que as Ilhas de CV, constituíam uma excelente plataforma na relação entre o continente Europeu e Africano. Sendo por isso, razões mais do que suficientes para que os signatários da carta contassem com o forte apoio de Portugal para esta causa.

Soares apoiou abertamente a vocação europeia de Cabo Verde, e em março de 2005, lançou a petição exortando Bruxelas para estreitar negociações de adesão com o país, mas não foi seguida pois a liderança de Cabo Verde não apresentou um pedido oficial de adesão⁴¹.

Esta petição ganhou uma dimensão internacional pois teve duras críticas, não só por parte dos investigadores cabo-verdianos, como também por outros. Como se pode notar nas declarações proferidas por Pedro Seabra (2010)⁴², ao esquadrinhar o seguinte:

“De facto, Cabo Verde chegou a anunciar publicamente no início de 2007 a intenção de fazer o downgrade da sua relação com a CEDEAO, em nome de uma eventual – e extremamente hipotética – adesão à União Europeia. Como era expectável, o desejo de aderir à UE não teve seguimento, antes tendo sido instituída uma Parceria Especial entre as duas partes em Novembro de 2007”.

Quando começam a abordar este assunto, há várias reacções, a favor, contra, e entre os à favor, e entusiastas até demais, é que surge a tal petição de Mário Soares e dos académicos em Portugal, que diziam que Cabo Verde deveria ter ficado ligado à Europa. E eles fazem uma coisa que corria o risco de prejudicar Cabo Verde, que é lançamento desta petição

⁴⁰ Diário de Notícias, 17 de Março, 2005 Disponível em <http://orpheuum.blogspot.com/2005_03_01_archive.html> [consultado em 23/09/2015]

⁴¹ Vieira, A. V G. E Pereira, L. C. F. (2009). The European Union-Cape Verde Partnership: The Role of Portugal, in Portuguese Journal of International Affairs, IPRIS, Spring 2009

⁴² Artigo intitulado, Cimeira da CEDEAO: O reequilíbrio da política externa cabo-verdiana. Disponível em <<http://ipris.blogs.sapo.pt/3282.html>> [consultado em 15/09/2015]

voluntarista que diz que Cabo Verde queria ser membro da União Europeia. E claro que um acto voluntarista desses provocou uma reacção contrária, Cabo Verde corria o risco de ter uma reacção negativa da parte da Europa e que este fechasse as portas completamente.

Então, aquilo que Cabo Verde vinha cozinhando pouco a pouco, pelas conversas, criando empatia das pessoas, familiaridade das pessoas com a ideia, a pouco e pouco teve que ser acelerada para evitar que maus passos ou mais declarações precipitadas estragassem o projecto. (Arnaldo Andrade, ex-Embaixador de Cabo Verde em Portugal)⁴³

E ainda salienta que, a questão da adesão de Cabo Verde ao espaço Europeu não se colocou. A parceria engloba todo o tipo de acordos, excepto a adesão de Cabo Verde à UE. Também para travar os contornos que isto tinha vindo a adquirir, José Luís Rocha, então Director Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação, na página do Ministério dos Negócios Exteriores de Cabo Verde, salientou que em nenhuma das reuniões diplomáticas que precederam, e nem como membro da equipa de negociação que redigiu palavra por palavra e vírgula após vírgula, o projecto de Comunicação da Comissão sobre a qual baseou-se a Declaração do Conselho de Novembro de 2007, nunca houve mandato para solicitar uma qualquer adesão.⁴⁴

No início de 2006, a noção de “parceria especial” firmemente estabeleceu-se no discurso de ambos os cabo-verdianos e altos funcionários portugueses. O termo derivou da formação de um grupo especial de trabalho conjunta entre Cabo Verde e Portugal em Fevereiro de 2006, a quem foi confiada a tarefa de refletir sobre as formas de ação de Cabo Verde mais perto da UE⁴⁵.

⁴³ Extrato da entrevista feita ao ex-Embaixador de Cabo Verde em Portugal, e deputado do grupo de amizade ACP/UE. Disponível no anexo II.

⁴⁴ Barros (2011). A União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde. Academia Militar Direcção De Ensino

⁴⁵ Vieira, Adelina. (2010). Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: A aposta na política externa como motor de desenvolvimento

Em suma, como o nome indica, a Parceria Especial, não é integração de Cabo Verde na UE, mas um ato de aproximação deliberado visando o reforço das relações com um dos espaços mais seguros e economicamente mais dinâmicos do mundo, é antes de mais um quadro político. O acordo que estabelece a Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia (UE), aprovado pelo Conselho em Novembro de 2007.

8- A Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia

Perante o interesse crescente de Cabo Verde em aproximar-se da UE, e em especial das suas regiões ultraperiféricas (RUP) do Atlântico Norte (Açores, Madeira e Canárias), e a fim de dar resposta aos interesses mútuos de Cabo Verde e da UE em matéria de segurança e de desenvolvimento, a Comissão propõe uma parceria especial que se destina a reforçar a concertação e a convergência de políticas entre ambas as partes, no contexto da execução do Acordo de Cotonou. Essa relação, definida num quadro multilateral ACP/UE e executada por via bilateral CV/UE, tem por característica principal o fato de estabelecer uma parceria baseada, sobretudo a partir do Acordo de Cotonou, num diálogo político.

E foi durante a terceira Presidência Portuguesa do Conselho em 2007, que Cabo Verde e a UE assinaram a Parceria Especial, cujo objetivo é reforçar as suas relações no âmbito do Acordo de Cotonou. A parceria foi fundamentada sob o ponto de vista de que estes dois atores internacionais partilham interesses e desafios comuns, assim como, nos laços históricos, culturais e linguísticos que caracterizam as suas relações.

Cabo Verde conseguiu um grande sucesso diplomático com a aprovação pela Comissão Europeia desta parceria especial, sem precedentes, com a União Europeia.

A comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, datada de 24 de Outubro de 2007, descreve que a parceria especial destina-se a reforçar a concertação e a convergência das políticas entre ambas as partes, permitindo acrescentar um quadro de interesses comuns à relação tradicional dador-beneficiário.

Mas a pergunta que se colocava na altura porquê especial? Porque no léxico da UE já existia a palavra parceria, um conjunto de parcerias já existiam. E Cabo Verde apareceu com mais este adjectivo, especial, e cujo conceito quer dizer único, quer dizer que não existe outro anterior a este, que é uma parceria “a la carte”, isto é, cujos contornos são discutidos e é construída a base da discussão; o seu conteúdo é construído “ex novo”, pela primeira vez, e que a definição específica deste acordo só poderá ser vista a longo prazo, à medida que o seu plano de ação for sendo implementado.⁴⁶

Entretanto, na sua verdadeira acepção política, a Parceria Especial é uma abordagem política que permite a Cabo Verde e a UE ultrapassar o quadro das relações existentes no âmbito do Acordo de Cotonou e alcançar um patamar relativamente mais abrangente no que se refere a interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento⁴⁷.

A Parceria Especial desenvolve o plano de ação em torno de seis seguintes pilares; Boa Governança, Segurança e Estabilidade, Integração regional, Convergência técnica e normativa, Sociedade do conhecimento e Luta contra a pobreza.

8.1- Instrumentos reguladores da Parceria Especial CV/UE

A parceria especial é um processo de que o plano de ação constitui o quadro e o instrumento que permite a sua concretização. O plano de ação terá uma duração indeterminada e será revisto periodicamente segundo modalidades estabelecidas de comum acordo. A Troika⁴⁸ da UE assegurará o seu acompanhamento e a sua execução a nível político e técnico.

CV/UE estabeleceram 3 níveis de concertação para acompanhar a Parceria Especial.

⁴⁶ Extrato da entrevista feita ao ex-Embaixador de Cabo Verde em Portugal, e deputado do grupo de amizade ACP/UE. Disponível no anexo II

⁴⁷ Comissão das Comunidades Europeias, (2007). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, CE, Bruxelas

⁴⁸ Instituição criada pela UE para o controlo dos financiamentos feitos aos países terceiros

A nível ministerial, Cabo Verde e a UE reúnem-se uma vez por ano e com alternância em Cabo Verde e na União Europeia, num encontro de diálogo político e de impulso de iniciativas para a progressiva concretização dos objetivos prosseguidos.

A nível de Bruxelas, o Grupo Técnico de Seguimento (GTS), reúne-se semestralmente com a missão centrada na sensibilização e mobilização dos diversos serviços técnicos chamados a cooperar na implementação dos pilares, revê o conjunto das atividades em curso e prepara a reunião ministerial.

A nível da Praia, o Grupo Local de Seguimento (GLS), encarregado de dar seguimento ao diálogo político e monitorar a implementação da Parceria. Composto por uma parte pelos Chefes de Missão dos Estados Membros da União Europeia e da Delegação da UE e por outra pela Administração cabo-verdiana, reúne-se regularmente sob proposta das partes.

8.2- Financiamento da Parceria Especial CV/EU

A execução do plano de ação será essencialmente financiada através do FED, constituído pelo conjunto de contribuições dos Estados-Membros da UE destinados ao funcionamento dessas atividades e projectos, (CV começou a beneficiar de fundos no âmbito do 4º FED em 1977), bem como do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito do programa MAC para o período 2007-2013, e financiamentos de projetos PALOP, fundos destinados à CEDEAO.

Além disso, o orçamento geral da Comunidade Europeia, apoiará atividades específicas, nomeadamente os programas temáticos financiados pelo Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento, assim como atividades financiadas pelo Instrumento de Estabilidade, o Instrumento para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos e o Instrumento de Ajuda Humanitária. Este financiamento vem complementar os recursos próprios do governo de Cabo Verde.

Cada programa contribui para o Orçamento do estado de CV com tranches anuais fixas e tranches variáveis cujo montante é determinado pelo nível de satisfação dos indicadores pré-determinados. No quadro da Parceria Especial, UE concentrou os indicadores no setor

da Segurança (no reforço as medidas legislativas relacionadas a Segurança, melhorar a eficácia da Polícia Nacional e Judiciária; assegurar a segurança do território nas fronteiras, a formação dos reclusos e a capacitação da Unidade de Investigação Financeira contra o Branqueamento de Capitais) e Convergência Técnica e Normativa (os indicadores dizem respeito a áreas como o sistema financeiro, a regulação no sector energético e a legislação no sector da Saúde). A evolução da implementação de estratégias delineadas pelo governo, são seguidas duas vezes ao ano.

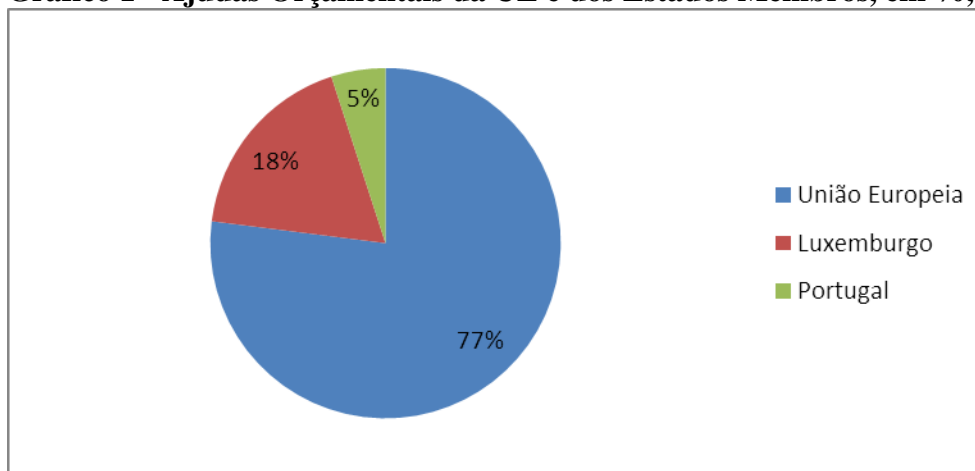
O 11º FED, permitirá consolidar os resultados obtidos até ao momento e desenvolver as capacidades de Cabo Verde nos sectores prioritários. Vide Tabela 3

8.2.1- Ajuda Orçamental afectadas a CV em 2014

A Ajuda Orçamental (AO), é uma modalidade de financiamento que se tornou preponderante na programação dos recursos atribuídos à Cabo Verde. Este tipo de ajuda representou cerca de 95% do PIN (Programa Indicativo Nacional) do 10º FED. Trata-se de um aumento substancial em relação ao 9º FED, no qual os recursos sob forma de AO representavam 33% do Total.

No âmbito do 11º FED, mantêm-se a elevada contribuição da modalidade AO, que representa 91% do respectivo PIN.

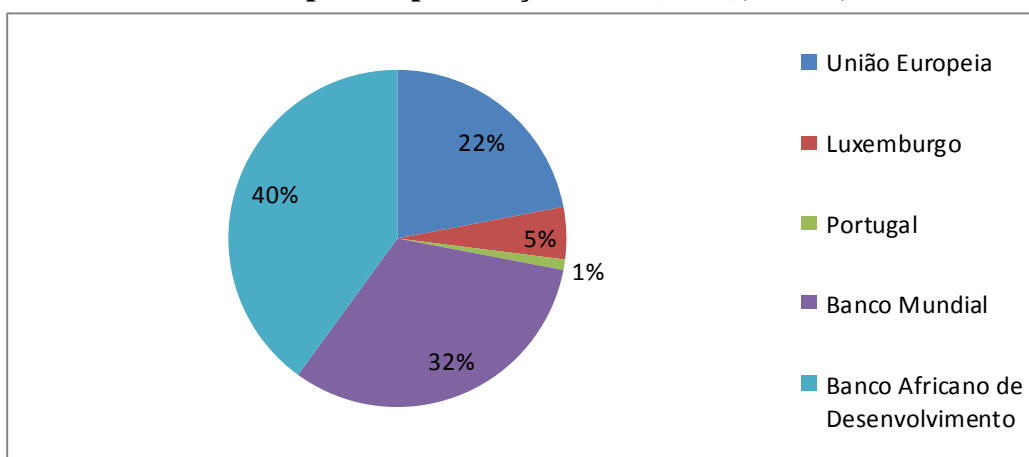
Gráfico 1 - Ajudas Orçamentais da UE e dos Estados Membros, em %, em 2014



Fonte: Relações entre a UE e a República de CV (2014). Delegação da UE, Praia

Com efeito Cabo Verde oferece as melhores garantias para a prática da AO: um quadro macroeconómico estável, finanças públicas sãs e em constante modernização, uma estratégia de crescimento e de redução da pobreza implementada por resultados encorajadores, isto em parte, graças á ajuda financeira internacional e outros recursos externos que financiam em média 80% do programa de investimento.

Gráfico 2 - AO do Grupo de Apoio Orçamental (GAO), em %, em 2014



Fonte: Relações entre a UE e a Republica de CV – Delegação da UE, Praia – versão Novembro 2014

8.3- Pilares da Parceria Especial

O plano de ação para a parceria, que representa o quadro estratégico global, baseia-se nos 6 pilares seguintes⁴⁹.

1) **Boa governação**, cujos pontos-chave são a consolidação de aspetos ligados à Democracia e aos Direitos Humanos, à luta contra a violência, à integração dos imigrantes em situação regular e aos direitos das crianças e das mulheres, a promoção da igualdade de género, assim como, as reformas dos sistemas judiciais e das finanças públicas;

⁴⁹ DUE (2014). Relações entre a União Europeia e a Republica de Cabo Verde

No âmbito deste pilar, Cabo Verde tem feitos avanços significativos e é tido como um dos países modelos na Sub-região Africana.

2) **Segurança e estabilidade**, nomeadamente através de ações realizadas numa base transfronteiriça e regional que incide sobre as vertentes aliadas ao combate ao terrorismo, ao tráfico de seres humanos, de drogas e armas e crimes conexos, à gestão eficaz dos fluxos migratórios e à segurança marítima;

Neste pilar, destaca-se a realização de missão de avaliação dos peritos do Serviço Europeu de Ação Externa (EEAS), na qual participaram também os Estados Membros e a Interpol; As áreas prioritárias deste pilar são: segurança marítima; segurança aérea; segurança geral e protecção civil; serviços de informação; branqueamento de capitais; telecomunicação e cibercrime e protecção de infra-estruturas críticas.

3) **Integração regional**, que será perspectivada a dois níveis, por um lado, a aproximação às RUP (Regiões Ultraperiféricas), nomeadamente através da participação do país no programa de cooperação transnacional Madeira, Açores, Canárias (MAC) para o período 2007-2013 e nos mecanismos de cooperação no seio das RUP, e, por outro, a integração na CEDEAO, como a nível da África Ocidental (tendo em conta a especificidade de Cabo Verde no âmbito do Acordo de Parceria Económica e a utilização dos recursos dos programas indicativos regionais do FED);

Em relação a Integração Regional, tem havido encontros regulares nas ilhas da Macaronésia (Açores, CV, Canárias e Madeira); e também ativação dos mecanismos do FEDER através do MAC (programa da Macaronésia gerida pelas ilhas Canárias);

E também faz parte das ações no âmbito deste pilar desde 2014, a assinatura do Acordo de Parceria Económica Regional entre a UE e CEDEAO, da qual CV faz parte;

Além disso, o país beneficia da facilitação para exportar para a UE desde 2012, livre de quotas e tarifas, no quadro do sistema de Preferências Generalizadas Melhorado (SPG+).

4) **Convergência técnica e normativa**, que visa a implementação da estratégia de transformação cabo-verdiana através da aproximação às doutrinas europeias em matéria técnica e normativa nos sectores abrangidos pelo plano de acção. Este constitui o grande desafio que Cabo Verde terá pela frente, adequar as instituições cabo-verdianas ao quadro normativo da Europa. Este pilar conta com o lançamento do livro branco que visa facilitar a harmonização técnica de vários sectores entre CV/UE;

Os standards de um variado leque de produtos Cabo-verdianos são desta forma equiparados aos padrões Europeus, favorecendo o turismo, o comércio e as exportações cabo-verdianas, contando com o estabelecimento de 3 parcerias nas áreas de Segurança Alimentar; Produtos Farmacêuticos entre a INFARMED de Portugal e a ARFA; Qualidade do Instituto Português de qualidade e o Instituto de gestão de qualidade e propriedade intelectual de CV

5) **Sociedade do conhecimento**, favorecendo o desenvolvimento económico, social e cultural que consiste na melhoria das questões ligadas à educação (o acesso ao programa universitário Erasmus), investigação e desenvolvimento das tecnologias de informação, e da comunicação;

No âmbito deste pilar, realizou a visita á CV do Conselheiro da Delegação da UE junto da UA para a pesquisa e inovação 2014, para apresentação do programa “Horizonte 2020”, que prevê o financiamento de actividades de investigação e inovação a nível mundial, onde CV participa; Participação de CV no programa de pesquisa e inovação 2007/2014 com 9 projetos (financiados pela UE) nas áreas de ambiente, oceanografia e biologia marinha;

Também houve a nomeação de um novo ponto focal para CV no âmbito dos programas CAAST-NET Plus⁵⁰, ERASMUS+⁵¹ e Maire Curie⁵², que são de extrema importância na

⁵⁰ A CAAST-Net Plus é uma rede de 26 ministérios ou agências de financiamento de África e Europa, financiada ao abrigo do 7º Programa Quadro e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia (2013-2017). É coordenada pela Association of Commonwealth Universities (ACU), Reino Unido. O objetivo final da CAAST-NET Plus consiste em fortalecer a cooperação em investigação e inovação entre os dois continentes. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, MCTES.

Disponível em <www.fct.pt/apoios/cooptrans/inconets/caastnet_plus/index.phtml.en> [consultado em 30/11/2015]

⁵¹ Erasmus+, é o novo programa da UE no domínio da educação, formação, juventude e desporto.

equivalência de diplomas e a mobilidade dos alunos, professores e pessoal académico de CV e a UE.

6) **Desenvolvimento e luta contra a pobreza**, cujo objetivo é garantir um desenvolvimento sustentado e a redução da pobreza com envolvimento da sociedade civil, do sector privado de Cabo Verde e de todos os Estados-Membros⁵³. A luta contra a pobreza, nomeadamente através de atividades de proteção do ambiente e dos recursos naturais, de preservação do ambiente marinho e de cooperação reforçada no domínio da pesca.

Neste pilar temos o apoio da UE aos sectores estratégicos da água e saneamento, saúde, educação e formação profissional, construção de infra-estruturas mas também nos transportes, energia, agro-negócios e turismo no âmbito do documento de referência, a “Estratégia de crescimento e redução da pobreza III” do Governo de CV, financiado pelo programa de ajuda orçamental da UE.

Este pilar visa o impacto real na qualidade de vida da população.

8.4- Projetos desenvolvidas durante a Parceria Especial CV/UE

Convém fazer referência a alguns projetos/apoios materiais celebrados no decorrer da parceria

- ***Para a promoção da Cidadania e do diálogo político e social foram financiados pela UE 6 projetos***

A coerência das políticas para o desenvolvimento, o desafio para a uma cidadania ativa em CV, cujo objectivo é promover a coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD) a nível local para a promoção de uma sociedade inclusiva e capacitada, beneficiando a

Disponível em <http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/index_pt.htm> [consultado em 30/11/ 2015]

⁵² Acções Marie Curie, é o programa que apoia a mobilidade e progressão na carreira dos investigadores europeus, financiada ao abrigo do 7º Programa -Quadro de Investigação Programa Pessoas. - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, MCTES.

Disponível em <www.fct.pt/apoios/cooptrans/inconets/caastnet_plus/index.phtml.en> Disponível em <http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/index_pt.htm> [consultado em 30/11/ 2015]

⁵³DUE (2014). Relações entre a União Europeia e a Republica de Cabo Verde

população de CV em geral. Duração: de 2012 a 2015 com a contribuição da UE em 75 % do montante total do Projeto avaliado em 250.110,00 €.

Fortalecimento da sociedade civil de São Nicolau com o objectivo de apoiar o desenvolvimento económico das comunidades rurais de São Nicolau, melhorando a promoção, a transformação e a comercialização dos produtos agro-pecuários. Duração: de 2011 a 2014 com a contribuição da UE em 51,6 % do montante total do Projeto avaliado em 386.345.00 €.

Luta contra os animais vadios na ilha de São Vicente - Si Ma Bô - projecto piloto para o arquipélago de CV cujo objectivo é eliminar os animais vadios na ilha de São Vicente e testar um modelo de intervenção para assegurar o controlo da população canina e felina a longo prazo no arquipélago de CV, tendo como beneficiários os habitantes da ilha em geral. Duração: de 2011 a 2015 com a contribuição da UE em 74.91 % do montante total do Projeto avaliado em 267.002.00 €.

Promoção do Associativismo, das capacidades técnicas e do exercício da cidadania nas comunidades piscatórias de Porto Novo, Maio, Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau, Cabo Verde, o reforço do associativismo no sector da pesca artesanal com critérios de sustentabilidade e rentabilidade mediante o incremento de capacidades técnicas dos associados, através de um programa integrado de Informação, Educação, Comunicação (IEC) e Formações, favorecendo a camada da população mais desfavorecidas das comunidades piscatórias dos Municípios de atuação. Duração: de 2011 a 2014 com a contribuição da UE em 86,745 % do montante total do Projeto de 229.796.60 €.

Balói d'Horta, cujo objectivo é aumentar o capital social e económico da população mais desfavorecida da ilha de Santo Antão, contribuindo para a redução da pobreza até 2015, beneficiando a população da ilha em geral. Duração: de 2012 a 2015 com a contribuição da UE em 75 % do montante total do Projeto de 175.684.00 €.

Programa de reforço dos Atores Descentralizados, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações através do fortalecimento do poder local São-tomense e Cabo-verdiano enquanto dinamizador do desenvolvimento local e, consequente nacional; Contribuir para a dinamização do sector económico local enquanto instrumento de erradicação da pobreza e motor de desenvolvimento sustentado. Duração: de 2010 a 2014 com a contribuição da UE em 75 % do montante total do Projeto avaliado em 1.200.942.00 €.

➤ *Para a promoção dos Direitos dos Consumidos foram financiados pela UE 4 projetos*

Cabo Verde vai ver melhor os cegos: promover e garantir o respeito dos direitos dos cidadãos com deficiência visual como cidadãos consumidores, com vista a consciencialização da importância da vida independente das pessoas com deficiências e incapacidades e adequar o mercado de consumo as necessidades das pessoas com deficiência visual. Duração: de 2013 a 2016 com a contribuição da UE em 90 % do montante total do Projeto de 388.863.00 €.

Defesa dos direitos do consumidor e utente com deficiência em CV, para promover a defesa e os direitos dos consumidores com deficiências na sociedade Cabo-verdiana para melhorar a sua participação no diálogo económico nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão e Fogo em CV. Duração: de 2013 a 2015 com a contribuição da UE em 75 % do montante total do Projeto de 273.000.00 €

Apoio aos direitos do Consumidor para uma cidadania ativa, para melhorar as condições de vida da população residente na ilha do sal, através do fortalecimento das capacidades das organizações da sociedade civil como para uma sociedade aberta, mais equitativa e democrática direccionadas para à realização dos objectivos do Milénio (ODM). Duração: de 2013 a 2015 com a contribuição da UE em 75 % do montante total do Projeto avaliado em 306.840.00 €.

Sociedade civil na defesa efectiva dos Consumidores, para promover a defesa efectiva dos Consumidores cabo-verdianos particularmente nas Camadas mais frágeis da sociedade, para beneficiar as mulheres, crianças pessoas com deficiência, os consumidores no geral e operadores económicos. Duração: de 2013 a 2018 com a contribuição da UE em 90 % do montante total do Projeto avaliado em 322.509.00 €.

➤ ***Para a promoção da Cultura foram financiados pela UE 6 projetos***

Recuperação do artesanato de qualidade das mulheres como uma forma de empoderamento e desenvolvimento dos sectores mais vulneráveis, com o objectivo de recuperar a cultura material de CV e transformá-la num instrumento de crescimento económico e desenvolvimento, especialmente para as áreas e grupos sociais mais desfavoráveis. Beneficiando assim 150 mulheres artesãs de baixa renda nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. Duração: de 32 meses, com início em 2014, com a contribuição da UE em 74 % do montante total do Projeto de 340.000.00 €.

Memória sem Confins, é nome do projecto cujo objectivo é contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de CV através da produção de produtos turísticos anexos a fruição e à valorização dos bens culturais do país, beneficiando assim as associações de jovens, mulheres universitárias, operadores turísticos, estruturas do Ministério da Cultura e do Turismo e as autoridades locais. Duração: de 24 meses, com início em 2014, com a contribuição da UE em 90 % do montante total do Projeto de 275.000.00 €.

CRIE – Criando, Inovando e Empregando: Cultura, artesanato e turismo, novas dinâmicas na economia criativa, nome do projecto, para desenvolver, através da cultura, turismo e economia criativa, uma estratégia integrada de colaboração entre atores não estatais, autoridades locais, artesãos e outros agentes culturais, para aumento dos seus rendimentos e reforço da sua participação no desenvolvimento económico das ilhas de São Vicente e de Santiago. Duração: de 24 meses, com início em 2014, com a contribuição da UE em 90 % do montante total do Projeto avaliado em 313.703.00 €.

A cultura como fator de inserção social e económica no município de Ribeira Grande de Santiago, cujo objectivo é promover a Cidade Velha enquanto pólo de atração cultural e turístico, estimular o empoderamento socioeconómico das famílias e das comunidades locais. Os beneficiários são jovens, mulheres desempregadas, chefes de família, associações comunitárias, operadores turísticos e a comunidade em geral. Duração: de 36 meses, com início em 2014, com a contribuição da UE em 89,6 % do montante total do Projeto de 285.000.00 €.

Criação, produção e gestão de bens e serviços culturais em CV, é o nome do projecto que visa a inclusão das camadas mais desfavorecidas da sociedade Cabo-verdiana na gestão dos bens e dos serviços culturais; desenvolvimento de programas educativos; de parcerias com os municípios locais; estabelecimento de ligações com a sociedade civil, beneficiando os cidadãos em geral, principalmente a camada mais desfavorecidas e jovens dos municípios de R^a Grande de Santiago, São Filipe, do Tarrafal, da Brava e R^a Grande de Santo Antão. Duração: de 36 meses, com início em 2014, com a contribuição da UE em 71,16 % do montante total do Projeto no valor de 267.000.00 €.

SODADE – Sistema de promoção de museus para o desenvolvimento económico e cultural da ilha de São Nicolau, visando promover a cultura como vetor do desenvolvimento económico e social na ilha de São Nicolau, através de atividades relacionadas ao turismo cultural, promoção do património e criação de emprego em S. Nicolau, beneficiando assim a população local em geral e operadores culturais das outras ilhas. Duração: de 24 meses, com início em 2014, com a contribuição da UE em 84 % do montante total do Projeto no valor de 227.000.00 €.

Efetivamente, através deste acordo aberto que é a Parceria Especial, Cabo Verde almeja alcançar novos horizontes no seu diálogo político com a UE. É neste contexto, que em 2008 assinaram um novo acordo de Parceria para PpM, dentro do 2º pilar (Segurança e Estabilidade), cujo objetivo último consiste no reforço do diálogo político em matérias que dizem respeito à migração.

9. A Parceria para a Mobilidade (PpM)

Após a aprovação, pelo Conselho Europeu em 2005, do documento “Abordagem Global das Migrações: ações prioritárias para África e Mediterrâneo”⁵⁴ começaram a surgir fortes iniciativas resultantes de intenções de carácter político em matérias de migração. As negociações neste sentido levaram Cabo Verde e a UE a adotarem, a 5 de Julho de 2008, em Luxemburgo, uma declaração conjunta para o estabelecimento de uma Parceria para a Mobilidade, cuja linha mestra é a melhoria da circulação legal das pessoas entre a UE e Cabo Verde, incluindo a luta e prevenção contra a migração ilegal.

Convém aqui realçar que em Dezembro de 2007, Cabo Verde e Moldávia foram os dois países seleccionados pelo Conselho Europeu para a realização de experiências piloto, no âmbito dessa parceria, onde os membros da UE signatários foram o Reino da Espanha, a República Francesa, o Grão-Ducado de Luxemburgo e a República Portuguesa. (Eurocid, 2008).⁵⁵

Em 21 de Maio de 2008, CV e a UE assinaram a declaração conjunta sobre a PpM, o primeiro exemplo da cooperação deste tipo entre a UE e um Estado Africano, e por enquanto, a única PpM celebrada com um país ACP. O objectivo principal da PpM é assegurar de modo legal, seguro e sustentável a mobilidade entre CV e a UE, visando facilitar a circulação, reintegração da diáspora, enquadrar a migração legal e prevenir a imigração ilegal⁵⁶.

No âmbito da PpM, os dois Governos de CV e da UE, assinaram dois acordos:

1º- O de Facilitação de Vistos, que visa facilitar as viagens de cidadãos Cabo-verdianos para a Europa e as de cidadãos Europeus para Cabo Verde, numa base de reciprocidade. Aplica-se á emissão de Vistos para estadas de curta duração, ou seja, por um máximo de 90

⁵⁴Abordagem Global das Migrações: Acções Prioritárias centradas na África e no Mediterrâneo

⁵⁵ Disponível em <www.eurocid.pt/> [consultado em 30/11/2015]

⁵⁶ DUE (2014). Relações entre a União Europeia e a Republica de Cabo Verde

dias por um período de 180 dias. Este acordo foi assinado em Outubro de 2012, na cidade da Praia.

2º- **O de Readmissão de Pessoas que residem sem autorização**, as obrigações de readmissão são definidas numa base de reciprocidade e aplicam-se a nacionais cabo-verdianos, nacionais de países terceiros e apátridas. Assinado em Bruxelas em Abril de 2013.

Ambos os documentos entraram em vigor no dia 1 de Dezembro de 2014 e representam os primeiros entre um país ACP e a UE, nesta matéria.

9.1- Projetos desenvolvidos na PpM

No âmbito da PpM foram desenvolvidas projectos financiados por Fundos Programa Temático Migrações (DCI-MIIGR) como por exemplo:

O Reforço das Capacidades de CV na Gestão da Migração, constitui um instrumento chave para a concretização do acordo. Este projecto pretende contribuir para o reforço da capacidade institucional de CV na gestão das Migrações, englobando 3 componentes: o Retorno e Reintegração; Migração irregular e o Tratamento de dados sobre migração. Beneficiando assim a diáspora Cabo-verdiana, instituições Cabo-verdianas que lidam com a temática das migrações, sector da Migração e Asilo.

A 1ª componente: ***Retorno e Reintegração***, tem como objectivo, apoiar o retorno voluntário e a reintegração económica e social de carácter permanente de Cabo-verdianos provenientes dos Estados-Membros participantes no projecto, bem como prestar assistência a nacionais de países terceiros que estão autorizados a permanecer em CV, de forma a contribuir para a sua interacção na sociedade Cabo-verdiana. Este projecto teve como resultado, o regresso voluntário de 25 emigrantes, beneficiados com o dispositivo de Reinserção para a criação do seu negócio em CV. E também a criação da Rede Nacional de Pontos Focais Municipais para a Emigração (RENEM).

A 2ª componente: ***Migração Irregular***, tem como objectivos apoiar as capacidades das autoridades competentes e da sociedade civil Cabo-verdiana no desenvolvimento de uma política global, de enquadramento legal e processual, baseada no respeito pelos direitos humanos, de forma a abordar a migração irregular com transito e destino a CV.

E os resultados foram, cerca de 180 agentes da Direção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF), formados na gestão e controlo de fronteiras, imigração irregular e trafico de seres humanos, fraude documental, etc; Organização do Seminário Internacional, “Gestão das migrações no contexto CEDEAO” com a participação de responsáveis da gestão migratória de vários países da região: Senegal, Nigéria, Costa do Marfim, Gana e Guiné-Bissau.

A 3ª componente: ***Tratamento de dados sobre migração***, tem como objectivo apoiar as capacidades das autoridades competentes de CV na recolha e análise de informação relativa à migração em CV, com vista a criação e manutenção de esforços de gestão de migrações e estratégias em áreas como migração e desenvolvimento, integração, retorno e reintegração, bem como a luta contra a migração irregular. E os resultados foram, a Criação de um sistema de transmissão e partilha de dados entre a Direção Geral de Fronteiras e o Instituto Nacional de Estatísticas.

As entidades de gestão das Migrações em CV, viram o reforço das capacidades de análise de dados estatísticos e elaboração de relatórios através de várias formações

CAPITULO III

I- O CONTRIBUTO DE PORTUGAL NA PARCERIA ESPECIAL CV/UE

1- A Cooperação Portugal/Cabo Verde/EU

O arquipélago de Cabo Verde tem uma relação especial de amizade e de cooperação com a maioria dos países que compõe a UE. Provavelmente esta relação deve-se a vários fatores, nomeadamente por Cabo Verde ter sido ex-colónia Portuguesa e Portugal ser membro da UE; por ser um país de paz e com uma democracia estável que prima pela defesa dos direitos humanos; por ser um país de emigração em que uma percentagem significativa de Cabo-Verdianos vivem na Europa; e por ser um país que está inserido num continente, que tem uma relação histórica com a Europa⁵⁷.

No âmbito da UE, além da participação através do Instituto de Apoio para o Desenvolvimento (IPAD) em programas específicos para CV, Portugal teve um papel muito importante no plano bilateral e, em Bruxelas no plano multilateral, para que se pudesse satisfazer o desejo ambicioso de CV no sentido de criar esta relação mais estreita com a UE.

A nível bilateral, cuja forma de aplicação é através dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC), um documento de estratégia que define os principais eixos de intervenção, que são efetuadas com base em planos anuais de cooperação (PAC).

A nível multilateral, os principais parceiros de desenvolvimento de CV, nomeadamente Portugal, Luxemburgo, China, Japão, França e Brasil, EUA, entre outros, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do país. Como é óbvio alguns são parceiros privilegiados por razões históricas e/ou culturais nomeadamente Portugal e EUA.

⁵⁷ Gonçalves, António (2010). Política Externa de CV de 1975 á 2008

Portugal é um país que CV mantém uma relação de cooperação mais intensa e mais antiga em todos os domínios.⁵⁸ No que concerne a cooperação multilateral de Portugal com os países da Lusofonia⁵⁹ e na sequência da realização da IV Convenção de Lomé, a dita cooperação teve um grande apoio no quadro de relacionamento estabelecido entre a Comunidade Europeia e os Estados da África, Caraíbas e do Pacífico (ACP)⁶⁰.

Uma outra vertente na cooperação destes dois países consiste no apoio que Portugal prestou a Cabo Verde na criação de sinergias para a realização da Parceria Especial com a UE, em que um dos principais desafios da terceira presidência Portuguesa do Conselho Europeu, em 2007, foi convencer os Estados-Membros, principalmente os do Leste, da necessidade da UE investir tempo e dinheiro numa cooperação especial para o desenvolvimento de Cabo Verde. Para tal a estratégia portuguesa baseou-se em dois argumentos.

O primeiro foi mostrar aos restantes membros da União Europeia que Cabo Verde é um exemplo de como os outros Estados Africanos podem mudar para melhor. O seu progresso económico e democrático, a sua estabilidade política e também os seus bons indicadores de governança tornam este país num verdadeiro exemplo para África, e em especial para a África Ocidental.

O segundo argumento resume-se à importância de Cabo Verde como parceiro ideal para a promoção da segurança colectiva, no controlo da migração ilegal e de outros ilícitos, principalmente da região onde se insere.⁶¹

Todavia, com os argumentos apresentados e após longos períodos de debates e negociações, a diplomacia portuguesa conseguiu despertar nos restantes Estados-Membros o caso cabo-verdiano, induzindo-o como uma das prioridades na nova política europeia para a África.

⁵⁸ IDEM

⁵⁹Conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões, estados ou cidades falantes da língua Portuguesa e por diversas pessoas e comunidades em todo o mundo, ou seja, entendida sinteticamente como espaço cultural em que a língua Portuguesa é o denominador comum

⁶⁰Amarilis, Martins. (2009). Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da Independência. Lisboa

⁶¹ Vieira, A. V G. E Pereira, L. C. F. (2009). The European Union-Cape Verde Partnership: The Role of Portugal, in Portuguese Journal of International Affairs, IPRIS, Spring 2009

Assim sendo, pode-se inferir que a Parceria Especial CV/UE foi, indubitavelmente, um dos grandes êxitos conseguido durante 3ª presidência Portuguesa do Conselho Europeu em 2007.

2- Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Cabo Verde (2010 – 2014)

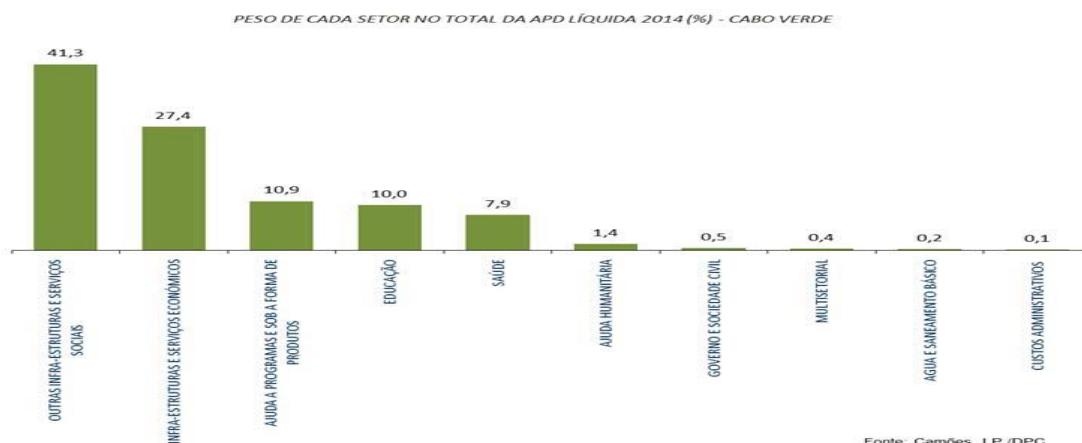
Portugal tem-se mantido como um dos principais parceiros de cooperação de Cabo Verde, reconhecendo as autoridades cabo-verdianas o carácter estruturante dos resultados da Cooperação Portuguesa. Portugal desempenhou um papel muito ativo de apoio à adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC), à graduação de Cabo Verde no Grupo dos Países Menos Avançados e em todo o processo relativo à concretização da Parceria Especial com a União Europeia, quer no âmbito diplomático, como do apoio por via de assistências técnicas especializadas.

Cabo Verde tem sido desde 2010 um dos principais beneficiários da APD Portuguesa, totalizando uma média de 113,42 M€ de APD líquida, entre 2010 e 2014. Vide Tabela 4

Uma parte significativa destes montantes refere-se a Empréstimos Concessionais e Linhas de Crédito para construção de equipamentos e infra-estruturas e a investimentos nos setores da habitação social e das energias renováveis, bem como a Apoio ao Orçamento e aos setores da Educação e da Saúde. Em 2014, em termos de APD bruta, o setor *Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais*, assume a maior concentração com 40,1%, seguido do grupo *Outras Infra-estruturas e Serviços Económico*” (29,6%), devido ao peso dos setores Transportes e Energia⁶².

⁶²Instituto Português Camões: Disponível em <<http://www.instituto-camoes.pt/cabo-verde/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/cabo-verde#sthash.iblfTFVS.dpuf>> [consultado em 30/11/2015]

Gráfico 3 - Peso de cada sector no total da APD Líquida em CV em % - 2014



No âmbito da APD Portuguesa, os principais eixos estratégicos e as áreas de intervenção são:

Eixo Estratégico I _ que abrange a Boa Governação, Participação e Democracia (na área de Intervenção da Capacitação Institucional do Governo e Sociedade Civil e Área de Segurança e Desenvolvimento).

Eixo Estratégico II _ que atua no Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza (nas áreas Educação e Serviços Sociais Básicos, Capacitação Científica e Tecnológica, Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial e no Programa Geral de Assistência/Ajuda Sob a forma de Produtos).

Portugal, em termos de cooperação bilateral, é dos parceiros mais importantes de Cabo Verde. E é raro identificar algum sector em Cabo Verde que não se possa confirmar a presença da cooperação portuguesa. Os seus resultados têm sido claramente visíveis, sobretudo na capacitação das estruturas institucionais ligadas às finanças públicas, a justiça, a defesa e segurança, a educação, assim como, aos aspectos aliados ao municipalismo. Vide Tabela 5 em anexo

3- O Protagonismo de Portugal na Parceria Especial Cabo Verde/EU

Como Estado soberano que é, está excluída a hipótese de Cabo Verde vir a ter na sua relação com a UE, um Estatuto de país ou território do ultramar, ou ainda, de região ultraperiférica, à exceção, neste ultimo caso, do benefício da cooperação inter-regional., com a independência adquirida em 1975, Cabo Verde deixou, irreversivelmente, de pertencer a uma ou outra dessas categorias.

O acordo de Parceria Especial CV/UE, impulsionado por Ribeiro e Castro, na altura deputado do Parlamento Europeu, foi assinado a 19 de Novembro de 2007, durante a 3ª Presidência Portuguesa da UE.

Cabo Verde tem uma identidade e um desempenho que fazem do seu povo e da sua política uma referência segura de diálogo com todas as soberanias africanas, uma mais- valia para a União Europeia. Ao longo dos últimos anos, Cabo Verde, dada a sua boa governação, desenvolveu uma imagem como um estado modelo aos olhos dos doadores internacionais.⁶³

A aproximação entre Cabo Verde e a UE, adaptou o grande objetivo de Portugal de promover uma “abordagem de olhar-sul”, para desenhar seus pares europeus a atenção para o continente Africano.

As esperanças dentro do estabelecimento diplomático de ambos os países foram direcionados para a terceira presidência Portuguesa da UE no segundo semestre de 2007. Mas também havia limitações quanto ao que a diplomacia de Portugal podia atingir. Isto porque o país que detém a presidência da UE, embora tenha poderes de definição de agenda no campo das relações da UE com países terceiros, deve (por definição) agir de uma forma neutra, imparcial. Ou seja, ele não pode promover seus próprios interesses nacionais. Para além desta limitação. À medida que o diálogo com a Comissão se desenrolava, funcionários portugueses evitava apresentar-se como canais de comunicação exclusiva entre Praia e

⁶³ Vieira, A. V. G. e Pereira, L. C. F. (2009). The European Union-Cape Verde Partnership: The Role of Portugal, in Portuguese Journal of International Affairs, IPRIS, Spring 2009.

Bruxelas, a sua estratégia foi a de apoiar um diálogo direto entre os Cabo-verdianos e os funcionários da Comissão⁶⁴.

Isto foi visto como o melhor caminho para a comissão de compreender plenamente as aspirações de Cabo Verde. Os Oficiais Cabo-verdianos conseguiram convencer os seus homólogos em Bruxelas que eles tinham uma compreensão clara dos objetivos relacionados com a cooperação estreita com a UE. Estes objetivos, não poderiam ser alcançados dentro do formato de cooperação anterior uma vez que este não inclui um diálogo político ativo; não reconheceu os interesses mútuos na área de segurança; e não continha a opção de convergência das normas, regras e práticas nos domínios económico, administrativas e sociais.

No início de junho de 2007, depois de várias reuniões realizadas em Lisboa, Bruxelas e Cabo Verde, o então Director-Geral do Desenvolvimento da Comissão Europeia, Stefano Manservini, durante sua visita à Cidade da Praia, declarou que a Comissão iria apresentar um documento sobre uma parceria especial em novembro de 2007.

A comissão, com destaque para o elevado nível de governação alcançado por Cabo Verde como um elemento “na base da parceria especial”, reconheceu a aspiração da liderança do país a ser visto não apenas como um beneficiário, mas um parceiro da UE, especialmente na segurança marítima. A posição de Cabo Verde como parte da Macaronésia também foi reconhecida como uma condição prévia para o reforço da cooperação. Finalmente, a Comissão apoiou inteiramente a intenção de Cabo Verde de atuar como uma ponte entre a Europa e África, confirmando que a parceria especial com a UE não contradiz a integração de Cabo Verde na CEDEAO.

As conclusões do Conselho de Novembro 2007, são, portanto, um produto de um longo processo de trabalho e de um impulso político contínuo promovida por representantes portugueses que provou ser decisiva para a conceção da parceria especial para tornar-se um formato de cooperativa real.

⁶⁴ IDEM

Assim, pode-se argumentar que a troca de ideias entre cabo-verdianos e diplomatas portugueses resultou em uma visão mais pragmática do que poderia ser alcançado em termos de cooperação entre Cabo Verde e a UE. O termo *parceria*, que substituiu a palavra inicial *estatuto*, acrescentou clareza, elevaram a intenção de Cabo Verde em relação à UE, por sua vez se tornando menos ambicioso. No entanto, representantes de ambos os países reconheceram que essa forma menos ambiciosa de cooperação precisava ser cuidadosamente promovido já que não havia precedente histórico: ou seja, nenhum país fora do continente europeu havia sido concedido o estatuto de *Parceiro Especial*.

Como afirma o ex Embaixador de Cabo verde em Portugal, houve um grande empenhamento do Governo, dos diplomatas e do povo português, que aderiu e aplaudiu esse fato, as vezes não falamos disso, e não há muita exploração sobre esse assunto, mas de fato é que Cabo Verde, não se sabe se é por causa disso, um fato histórico, o primeiro território português fora da Europa, a conseguir uma Parceria Especial. Cabo Verde é muito o resultado daquilo que é a matriz cultural e mantém essa relação com presença representativa na vida Portuguesa. Os diplomatas portugueses tiveram um empenho tão entusiástico quanto os Cabo-verdeanos, muitas das vezes tão envolvidos e tão interessados do que os próprios cabo-verdianos nesta cruzada.

CONCLUSÕES

A participação como estagiária no CHPM provou-se de uma experiência profissional de riqueza insubstituível. O vastíssimo elenco de capacidades e conhecimentos ativados para a realização de tarefas tão variadas, permitiu a aplicação prática dos saberes adquiridos durante a componente letiva do curso, permitindo um contato direto e prático com os desafios da vida laboral.

Concluímos durante o estágio que, o CHPM tem sido de grande importância à comunidade Portuguesa, servindo-lhe da melhor maneira possível, dentro da sua área de jurisdição, mas também à população local através dos serviços desenvolvidos, nomeadamente os pedidos de visto para todos os países que fazem parte do CCV, triplicando assim tanto a aderência da população, assim como o volume de trabalho da instituição, e também facilitando os requerentes de visto com a vinda frequentemente das máquinas para a recolha de dados biométricos, evitando assim a deslocação massiva à cidade da praia e as despesas inerentes a sua ida.

Também chegamos a conclusão que com o enorme volume de trabalho, que o Consulado tem, a instituição carece de melhores condições de trabalho, principalmente no reforço do pessoal administrativo e da segurança, mas também destacamos o bom trabalho e incansável da Cônsul Honorária, gerindo da melhor forma possível os escassos meios destinados à manutenção da instituição.

No âmbito do relatório de estágio as maiores dificuldades encontradas foram na recolha de fontes que pudessemos basear ao longo da elaboração deste relatório, visto que não existem arquivos que abordam a história do CHPM, e por isso a maior parte das informações expostas no historial da instituição, foram retirados de um relato feito pela Cônsul Honorária e de alguns funcionários com muita experiência e anos de trabalho, o que de certa parte condicionou o nosso relatório.

Relativamente ao estudo de caso, fez-nos falta o acesso a relatórios das missões realizadas e atividades desenvolvidas no decorrer da parceria em estudo, e em encontrar livros que abordassem o tema e como forma de reforçar a recolha das informações textuais, recorremos a algumas entrevistas/conversas adicionais ao longo da recolha dos dados, cedidas por alguns intervenientes do processo de implementação da parceria CV/UE.

Com o estudo feito, concluímos que devido a ausência de recursos naturais, a condução de uma boa política externa tornou-se a opção mais que viável do Governo de Cabo Verde. A estratégia de Cabo Verde é procurar desenvolver parcerias, com actores que partilham interesses comuns, de modo a permitir o reforço da utilidade do país para a segurança atlântica e afirmar-se cada vez mais na cena internacional;

É neste enquadramento que surge a ideia de uma Parceria Especial com a UE, Parceria essa que se trata de um acordo aberto que proporciona um novo quadro de relações existentes no âmbito do Acordo de Cotonou, permitindo a Cabo Verde ultrapassar o paradigma de doador/beneficiário para alcançar um novo patamar que favorece a criação de um diálogo político abrangente na defesa dos interesses comuns, em matéria de segurança e desenvolvimento.

E como forma de balanço da cooperação entre CV/UE, podemos concluir que a UE é um parceiro indispensável para o desenvolvimento de Cabo Verde, cooperação essa que procura privilegiar o desenvolvimento do país em diversas áreas. Essa relação entre CV/UE, traz algo de novo a cooperação entre as duas partes, sobretudo no domínio da segurança, na medida em que permite debelar ameaças cujo destino final é a Europa, mas que utilizam Cabo Verde como intermediário, o grande desafio contudo, não é somente impedir que essas ameaças cheguem a Europa, mas também mante-las afastadas de Cabo Verde, e na convergência normativa, seguindo normas standart, permitindo a Cabo Verde uma maior articulação no mercado internacional.

Também é de realçar que a aproximação entre Cabo Verde e Bruxelas foi promovido por meio de um diálogo contínuo, realizada no segundo semestre de 2007, entre a Presidência e a Comissão Europeia e intermediado entre os Estados-Membros., chaegando a conclusão que a Parceria Especial CV/UE foi, indubitavelmente, um dos grandes êxitos da terceira presidência portuguesa do Conselho Europeu.

Chegando ao fim deste trabalho parece possível afirmar que o Estudo de caso, apesar das várias dificuldades encontradas no âmbito da investigação, conseguimos atingir os objectivos deste trabalho.

RECOMENDAÇÕES

- Se houver empenhamento em explorar as potencialidades desta parceria, com rigor e competência política e diplomática, poderemos ir mais longe do que hoje imaginamos.
- A mudança de mentalidade, no sentido de muitos pensarem que não vale a pena esforçar para reforçar esta parceria, ou seja temos, que ser proativos e alimentar sempre este *especial* acrescentar coisas novas.
- Aproveitar que a Parceria Especial é um acordo aberto e explorar ao máximo o seu potencial, não resumindo a parceria apenas á obras concretas mas também para termos cada vez mais maior visibilidade internacional, visto que a diplomacia Caboverdeana é e sempre foi o maior trunfo de Cabo Verde no estabelecimento da política externa e das parcerias concretizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Martins, Amarilis. (2009). Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da Independência. Lisboa.

As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas – Política Externa: Dimensões, Atores e Modelos.

Barros (2011). A União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde. Academia Militar Direcção de Ensino.

Christopher Hill, (2003). The Changing Politics of Foreign Policy, London, Palgrave Macmillan.

Comissão das Comunidades Europeias, (2007). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, CE, Bruxelas.

Costa Suzano & Pinto Nobre Jorge. A Política Externa Cabo-verdiana num Mundo Multipolar: Entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas.

Costa, Suzano. (2009). Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, estratégias e retóricas de integração, Lisboa, FCSH-UNL.

DUE (2014). Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde.

Freire, Raquel; Vinha, Luís (2011) Política Externa: Modelos Actores e Dinâmicas. In Freire, Maria Raquel (ed.) Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança. Coimbra.

Gonçalves, António (2010). Política Externa de CV de 1975 á 2008.

Gonçalves, Williams. Política Externa: Dimensões, Atores e Modelos. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas – Política Externa.

Gonçalves, Williams. Política Externa: Dimensões, Atores e Modelos. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas.

Pere Vilanova, El Estado y el Sistema Internacional: uma aproximación al estudio de la política exterior, Barcelona, EUB, 1995.

PNUD, (2004). As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a Transformação de Cabo Verde. In Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano. Cabo Verde.

Programa do Governo de Cabo Verde. 2006 – 2011.VII Legislatura.

Santos, António. (2012). Relatório de Estágio: A Atividade Cultural do Consulado Geral de Portugal em Boston.

SANTOS, Victor Marques (2000). Reflexões sobre a Problemática da Avaliação de Resultados em Análise de Política Externa, in Estudos em Memória do Professor Doutor Luís Sá, Lisboa.

Tolentino, Corsino. A Integração Africana na Política Externa de Cabo Verde. In, Delgado, Pina, José (ed). As Relações Externas de Cabo Verde; (Re) Leituras Contemporâneas.

UNESCO, 2010.

Vieira, A. V G. E Pereira, L. C. F. (2009). The European Union-Cape Verde Partnership: The Role of Portugal, in Portuguese Journal of International Affairs, IPRIS, Spring 2009.

Principais Sites

<http://dicionariodiplomatico.blogspot.com/> [consultado em 23/09/2015]

<http://www.eurovisaccv.eu/page/centro-comum-vistos/> [consultado em 23/09/2015]

<http://www.secomunidades.pt/vistos/> [consultado em 23/09/2015]

<http://www.eurovisaccv.eu/page/centro-comum-vistos/> [consultado em 23/09/2015]

https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/PDFs/Plano_Atividades_DGAC_CP_2015.pdf [consultado em 23/09/2015]

<http://www.mcc.gov> e www.mca.cv > [consultado em 23/09/2015]

http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/index_pt.htm> [consultado em 30/11/ 2015]

www.eurocid.pt/> [consultado em 30/11/2015]

Artigo intitulado, Cimeira da CEDEAO: O reequilíbrio da política externa cabo-verdiana, Disponível em <<http://ipris.blogs.sapo.pt/3282.html>> [consultado em 15/09/2015]

Diário de Notícias, 17 de Março, 2005, Disponível em <http://orpheuum.blogspot.com/2005_03_01_archive.html> [consultado em 23/09/2015]

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, MCTES, Disponível em <www.fct.pt/apoios/cooptrans/inconets/caastnet_plus/index.phtml.en> [consultado em 30/11/ 2015]

Instituto Português Camões: Disponível em <<http://www.instituto-camoes.pt/cabo-verde/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/cabo-verde#sthash.ibIfTFVS.dpuf>> [consultado em 30/11/2015]

Relatório da Emigração Portuguesa. Séries cronológicas 2000-2014. Disponível em <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Relatorio_da_Emigra%C3%A7ao_2014.pdf> [consultado em 23/09/2015]

PROGRAMA DE ESTÁGIO

Aluno: Emeline Monteiro Neves	
Curso: Ciência Política e Relações Internacionais	Duração do estágio: 480H
Data de início: 01 de Abril de 2014	Data de término: 30 de Junho de 2014

Entidade Acolhedora: Consulado Honorário de Portugal no Mindelo	
Área/Ramo de actuação: Relações Internacionais	
Endereço: Av 5 de Julho n.º 13, 1º eqs, Cidade do Mindelo - Ilha de S. Vicente	
Telefone: 2323130	E-mail: consul.portugal@cvtelecom.cv
Orientador do estágio (da entidade acolhedora): Rosália Grola Andrade Vasconcelos Lopes	Cargo/Função: Cônsul Honorario

Professor Orientador: Risanda Soares	
Telefone: 2326810/9978037	E-mail: risanda.soares@uni-mindelo.edu.cv
Data limite para entrega do relatório corrigido:	Data prevista para a defesa do estágio:

ÁREAS DE ACTUAÇÃO NO ESTÁGIO: A Orgânica e Funcionamento da Empresa ou da Instituição; Os Serviços Administrativos; A Organização e a Gestão Documental; A Comunicação Interna e Externa; Organização e Gestão Financeira; Entidades parceiras/colaboradores externos

ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

▪ **Orgânica e Funcionamento da Instituição**

▪ **Serviços Administrativos:** Organização e Gestão dos Serviços Administrativos; Actividades e Processos Administrativos; Os Serviços Administrativos e a Logística da Empresa; gestão pessoal

▪ **Organização e Gestão Documental:** Organização e Arquivos/Armazenamento; Circuitos e Fluxos dos Documentos; Recepção e Distribuição; Suportes Informáticos;

▪ **Comunicação Interna e Externa:** Organização; Sistemas e Procedimentos; Meios e Circuitos de Comunicação; Comunicação de Voz; Correio Electrónico; Principais Barreiras da Comunicação/Inovações.

▪ **Organização e Gestão Financeira:** Organização e alguns procedimentos em função das áreas de actuação e prioridades; Análise dos Balanços; Os Custos;

▪ **Estudo de caso:** Escolher um tema ligado a Instituição e problematizar a área de especialização do estágio, resultado de uma investigação académica com apresentação de resultados e sugestões

Carga Horária Diária Máxima:

ANEXOS

1- Serviços Prestados pelo Consulado Honorário de Portugal Mindelo

1.1- Inscrição consular

Os portugueses residentes na área de jurisdição do CHPM, devem proceder ao seu registo ou inscrição no Consulado Honorário de Portugal em Mindelo, pois é necessário para a obtenção de qualquer documento. A inscrição é um ato consular, pelo qual a identificação dos cidadãos nacionais fica a constar nos arquivos do posto consular. A inscrição consular só poderá ser efetuada mediante a apresentação de Cartão de Cidadão ou de B.I. válido do cidadão nacional e no ato da inscrição é exigida a presença do cidadão nacional a inscrever, excepto os menores de 10 anos, os quais podem ser inscritos a pedido dos seus legais representantes, que têm que estar presentes, desde que seja produzida prova bastante de que os menores se encontram na área de jurisdição do posto consular.

Documentos necessários: Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão; Passaporte (não obrigatório); 1 fotografia tipo passe actualizada; certidão de nascimento válida ou certificado de nacionalidade, emitidos pelos Serviços competentes portugueses.

1.2- Bilhete de identidade

É o principal documento de identificação dos cidadãos, basta, só por si, para provar a identidade civil do seu titular perante quaisquer autoridades, entidades públicas ou privadas. O BI é válido em todo o território nacional e nos países da União Europeia. No espaço Schengen o Bilhete de identidade serve também como documento de viagem. Apenas o próprio pode requerer o Bilhete de Identidade.

Não há idade mínima para obter o Bilhete de Identidade, podendo ser emitido após o registo de nascimento.

Documentos necessários: Cópia atualizada do registo de nascimento obtido oficiosamente pelo posto consular, sem custos para o utente; Duas fotografias iguais, de rosto a cores com fundo liso e claro, com menos de 1 ano e o preenchimento de impressos (Modelos n.º 1 e n.º 11), a adquirir no Consulado assim como os custos de aquisição.

A renovação deve ser efetuada quando o BI atingir o termino do prazo de validade ou durante os 6 meses que antecedem o seu termino.

Documentos necessários: BI anterior, ainda que caducado; Duas fotografias iguais, de rosto a cores com fundo liso e claro, com menos de 1 ano e preenchimento de impressos (Modelos nº 1 e nº 11), a adquirir no consulado assim como os custos de aquisição.

Quando haja alteração dos elementos identificadores (nome, filiação, estado civil, residência), deve anexar aos documentos necessários a cópia do registo de nascimento ou casamento, com as alterações registadas, obtidas oficiosamente pelo posto consular, sem custos para o utente.

O B.I. tem a validade de 5 anos, até aos 35 anos de idade e por 10 anos, a partir dos 35 anos de idade. Os prazos prováveis de Entrega e Levantamento do B.I. variam consoante o serviço emissor, conforme indicado no respetivo talão, e deve ser levantado no local onde foi solicitado e só pode ser entregue ao próprio ou, ainda, a qualquer terceiro, desde que haja autorização escrita.

1.3- Passaporte Eletrónico Português

O Passaporte Eletrónico Português é um documento de viagem individual, que permite ao seu titular a entrada e saída do território nacional, bem como do território de outros Estados que o reconheçam para esse efeito. Em território português, as taxas a cobrar relativamente ao passaporte são estabelecidas por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e da Administração Pública. Em Cabo Verde as taxas devidas são as previstas na Tabela de Emolumentos Consulares.

Têm direito à titularidade de passaporte os cidadãos de nacionalidade portuguesa e só o próprio, presencialmente, pode requerer o passaporte. No caso de menores de 18 anos, cidadãos interditos ou inabilitados, o passaporte é requerido por quem exerce o poder paternal ou a tutela. O titular pode requerer o seu passaporte no posto consular da área de residência. Documentos necessários: Cartão de Cidadão ou BI do cidadão nacional válidos, não podendo os mesmos serem substituídos por outro documento.

Passaportes para menores

Os menores, quando não forem acompanhados por quem exerça o poder paternal, só podem entrar e sair do território nacional exibindo autorização para o efeito. A autorização referida

deve constar de documento escrito, datado e com a assinatura de quem exerce o poder paternal, legalmente certificada, conferindo poderes de acompanhamento por parte de terceiros, devidamente identificados. A autorização pode ser utilizada ilimitadamente, dentro do prazo de validade que o documento mencionar, a qual, no entanto, não poderá exceder o período de um ano civil. Se não for mencionado outro prazo, a autorização é válida por seis meses, contados a partir da respetiva data.

1.4- Título de Viagem Única

O título de viagem única é um documento de viagem de emergência emitido a favor de indivíduos de nacionalidade portuguesa, devidamente confirmada, que se encontrem indocumentados no estrangeiro e aos quais, por urgência, não seja possível, em tempo oportuno, oferecer prova de identificação bastante. O título de viagem única é concedido pelo CHPM e é emitido com a validade estritamente necessária ao regresso a Portugal.

Os menores, quando não forem acompanhados por ambos os progenitores, só podem entrar e sair de território de residência exibindo autorização para o efeito, emitida por quem exerça a responsabilidade parental, legalmente certificada. A autorização referida deve constar de documento escrito, datado e com a assinatura de quem exerce o poder paternal, conferindo poderes de acompanhamento por parte de terceiros, devidamente identificados. A autorização pode ser utilizada ilimitadamente, dentro do prazo de validade que o documento mencionar, a qual, no entanto, não poderá exceder o período de um ano civil e se não for mencionado outro prazo, a autorização é válida por seis meses, contados da respetiva data.

1.5- Legalização de documentos

Os documentos autênticos passados na conformidade da lei de Cabo Verde, legalizados por um funcionário público, consideram-se legalizados à luz da lei portuguesa desde que a assinatura do funcionário público esteja reconhecida pelo português a assinatura do Cônsul e que esteja autenticada com o selo branco consular respetivo. O reconhecimento consiste na certificação notarial da autoria da assinatura, ou da letra e assinatura, aposta em documento particular.

Ou seja, são chamadas de legalizações, o ato de reconhecer as assinaturas das entidades ou dos funcionários dos estabelecimentos e/ou instituições nacionais ou regionais que constam dos Fac-símile (o livro onde são registados e guardados as assinaturas dos funcionários das Instituições Públicas, Registos Notariados, do Cartório, Tribunais, das Câmaras, dos Diretores das Escolas e Liceus, etc.) do consulado e de carimbar com selo branco do consulado do Mindelo todos os documentos emanados destes, sejam elas Certidões de Nascimento, Casamento, Declaração de Notas Escolares, Fotocópias de Passaportes e de Bilhete de Identidade, etc, que para serem validos em Portugal, tem que ser reconhecidos pela entidade que o representa na ilha, que no caso de São Vicente, é o Consulado Honorário de Portugal no Mindelo.

E se as assinaturas que provém destes documentos não constarem no Fac-símile do consulado, este terá que ser reconhecido pelo Cartório de São Vicente e só depois ser legalizado no Consulado. Essas Legalizações para serem válidas têm que ter o reconhecimento da assinatura feita pelo funcionário do Consulado, carimbado com o selo branco em uso nesta instituição e assinada pelo Cônsul.

1.6- Registo Civil de Nascimento

O nascimento de indivíduos que tenham direito à nacionalidade portuguesa deve ser registado no Consulado. O registo de nascimento é feito: a) por inscrição, mediante declaração dos pais, (os quais devem estar inscritos nos serviços consulares), ou; b) por transcrição, com base em certidão de nascimento emitida pelas autoridades locais do país onde ocorreu o nascimento.

No caso de registo de nascimento por inscrição, é exigida a presença dos pais ou dos declarantes habilitados para o fazer (devidamente identificados e que tenham a representação legal do registando ou estejam habilitados por procuração para o fazer).

Documentos necessários: BI/Certidão de nascimento emitida há menos de 6 meses, dos declarantes legais. Se nacional português a certidão é obtida oficiosamente pelo posto consular, sem custos para o utente. Certidão de Nascimento da criança, no caso de registo por transcrição. A presença do registando (bebé) não é obrigatória.

OBS: É aconselhável a marcação prévia junto do posto consular da sua área de residência.

1.7- Transcrição de Casamento

Aqueles que pretendam contrair casamento devem declará-lo, pessoalmente ou por intermédio de procurador bastante e requerer a instauração do respetivo processo de casamento. A declaração para casamento deve constar de documento com a oposição do nome do funcionário consular ou de documento assinado pelos nubentes, apresentado pessoalmente. A declaração para casamento deve conter: a data prevista do casamento, a modalidade (Religioso ou Civil), o local do casamento (nome da Igreja/Conservatória e morada completa), o regime de bens, indicando se irá ser outorgada escritura de convenção antenupcial, a residência habitual do nubente de nacionalidade Portuguesa nos últimos doze meses. No caso de casamento católico, a declaração para dar início ao processo pode ser prestada pelo pároco competente para a organização do processo canónico, mediante requerimento por si assinado.

Documentos necessários ao pedido de organização de processo de casamento: Certidão narrativa de registo de nascimento de cada nubente, emitida há menos de 6 meses (pode ser obtida oficiosamente pelo Consulado, sem custos para o utente); Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão válidos de cada um dos nubentes.

Em caso de nubente português nascido em CV deverá apresentar certidão do registo de nascimento local. O nubente de nacionalidade estrangeira deverá apresentar, certidão de nascimento emitida pelo registo civil do país de origem, bilhete de identidade ou passaporte válido ou documento equivalente; deverá apresentar, igualmente, certificado de capacidade matrimonial.

1.8- Nacionalidade

O estrangeiro menor ou incapaz, cujos pais tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, depois do seu nascimento, pode adquirir a nacionalidade portuguesa se declarar, por intermédio dos seus representantes legais, que quer ser português desde que não se verifique qualquer das circunstâncias que se opõem à aquisição da nacionalidade – artigos 2º e 9º da Lei da Nacionalidade e artigo 13º do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa.

O estrangeiro casado há mais de três anos com nacional português ou que viva em união de facto há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa se declarar, na constância do casamento ou da união de facto, que quer ser português, desde que não se verifique qualquer das circunstâncias que são fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade - artigos 3º e 9º da Lei da Nacionalidade e artigo 14º do Regulamento da Nacionalidade.

Aos menores, à face da lei portuguesa, nascidos no território português, filhos de estrangeiros, desde que conheçam suficientemente a língua portuguesa, não tenham sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a três anos, segundo a lei portuguesa e no momento do pedido, um dos progenitores resida em Portugal legalmente, há pelo menos cinco anos, ou o menor tenha concluído o primeiro ciclo do ensino básico em Portugal, mediante requerimento dirigido ao Ministro da Justiça – artigos 6º n.º 2 da Lei da Nacionalidade e 20º do Regulamento da Nacionalidade.

Aos indivíduos nascidos no estrangeiro com, pelo menos, um ascendente do 2º grau da linha reta de nacionalidade portuguesa e que não tenha perdido esta nacionalidade, desde que sejam maiores ou emancipados à face da lei portuguesa, conheçam suficientemente a língua portuguesa e não tenham sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a três anos, segundo a lei portuguesa, mediante requerimento dirigido ao Ministro da Justiça - artigos 6º n.º 4 da Lei da Nacionalidade e 22º do Regulamento da Nacionalidade.

1.9- Resenciamento Eleitoral

Todos os cidadãos portugueses maiores de 17 anos têm o direito e o dever de promover a sua inscrição no recenseamento eleitoral, bem como de verificar se estão inscritos e, em caso de erro ou omissão, requerer a respetiva retificação. O recenseamento eleitoral é presencial, voluntário para os cidadãos nacionais residentes na área de jurisdição do CHPM. Documentos a apresentar: Os eleitores que promovam a sua inscrição no CHPM, identificam-se mediante a apresentação do cartão de cidadão ou do BI e certificam a sua residência com esse documento ou com o título de residência emitido pela entidade competente do país onde se encontrem.

1.10- Emissão de Vistos

Os vistos de longa duração, regulados nos termos da legislação em vigor, podem ser de estada temporária ou de residência, consoante a duração da estada e habilitam o seu titular a permanecer em Portugal para o motivo pretendido: estudo, estágio, trabalho, tratamento médico, entre outros. O visto de estada temporária é válido, em regra, por 4 meses e para múltiplas entradas. O visto de residência é válido para 2 entradas e por 4 meses, período durante o qual o respetivo titular deverá solicitar um título para fixação de residência.

Os Vistos Uniformes Schengen, permitem aos cidadãos nacionais de países terceiros que precisam de visto entrarem ou transitarem nos países que integram o Espaço Schengen. Estes vistos são designados por uniformes, pois a respectiva regulamentação é comum a todos os países membros da Convenção de Aplicação do Acordo Schengen. Destinam-se a estadas de curta duração até 90 dias e são nomeadamente concedidos para turismo.

1.11- Desbandeiramento de Navios

Desbandeiramento de Navios consiste em receber declarações sobre as viagens das embarcações que tenham a nacionalidade Portuguesa e sua respectiva tripulação, examinar e visar os documentos de bordo, sem prejuízo dos poderes das autoridades locais.

2- Entrevista

Entrevista realizada a 06 de Agosto de 2015 ao Sr. Arnaldo Andrade Ramos para o estudo de caso “Parceria Especial Cabo Verde e a União Europeia: O Contributo de Portugal, para obtenção de grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais.

Nome: Arnaldo Andrade Ramos

Função/Cargo: Deputado do grupo de amizade ACP/UE e Ex Embaixador de Cabo Verde em Portugal.

P1- “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia”. Porquê Especial? Quais são os objetivos e desafios? Em que contexto surgiu essa ideia?

R: Bom, são três perguntas. Primeiro especial. Essa foi a pergunta que toda a gente se pôs. Porquê especial? Porque no léxico da UE já existe a palavra parceria e muitas parcerias, um conjunto de parcerias que existiam, parceria estratégica, há parceria de tanta coisa. E nós aparecemos com mais um adjetivo, especial. Cabo Verde apareceu com esta designação de parceria especial e a pergunta que nos punham nos primeiros encontros negociais, a parte europeia nos colocava, especial o quê que quer dizer. E nós explicámos. No nosso conceito é que especial quer dizer único, quer dizer que não existe outro anterior a esse do mesmo tipo e quer dizer que é uma parceria “a la carte”, isto é, cujos contornos são discutidos e é construída a base da discussão; o seu conteúdo é construído “ex novo”, pela primeira vez. E quando explicado assim, disseram “ok, muito bem, agora diga-nos o que é o conteúdo”. Dissemos isso é a discussão. E começamos a discutir então o quê que seria o conteúdo.

Nós, quando começámos, como é que surge a ideia? Bom, Cabo Verde tem no início dos anos 2000 a preocupação de organizar a sua inserção no mundo de modo a ter uma lógica de relacionamento global. Nós tínhamos feito, em 2003, a questão da lógica do desenvolvimento interno, a tal Agenda de Transformação. Dizíamos que tínhamos que ter investimentos, tínhamos que ter infra-estruturas, tínhamos um conjunto de coisas que tínhamos de fazer. Mas uma coisa que toda a gente sabe em Cabo Verde é que nós não temos os meios de o fazer aqui, então tem que ser procurado fora. Foi sempre assim. Para procurar isso fora, significa que temos que criar alianças, quadros estáveis de longo prazo

que nos permitam organizar um fluxo de recursos em direcção à Cabo Verde, de tal forma que a gente consiga realizar a tal Agenda de Transformação. Este era o primeiro dado.

Um segundo dado que nós tínhamos era nas questões de segurança. Era sabido que desde finais dos anos 80, início dos anos 90, começámos a ter nesta região do mundo manifestações de grande criminalidade, transnacional organizada, nomeadamente o tráfico de cocaína, a passagem da cocaína para a Europa via África Ocidental, terá começado em finais dos anos 80, início dos anos 90, e nesta altura já se sabia que havia grandes organizações poderosas com muito dinheiro. Isso é uma ameaça à segurança dos Estados. Pode ser verificado, os meios detidos por esses grupos são expressivos, portanto, ameaçou vários Estados aqui na região. E as Nações Unidas tinham acabado de fazer um levantamento, aproximava-se o final do mandato do Koffi Annan a frente das Nações Unidas e uma das coisas finais que ele fez foi encomendar um estudo sobre as grandes ameaças no mundo. E, de entre as seis grandes ameaças no mundo, uma das ameaças nos dizia respeito aqui nesta Região, a possibilidade de aliança da grande criminalidade com o terrorismo e as coisas já se começavam a desenhar. É preciso recordar que a Mauritânia teve já manifestações de integrismo islâmico e coisas muito perigosas já nessa altura. Como, entretanto, os americanos entraram e apagaram aquilo no exercício, nós estamos a falar dos primeiros anos de 2000, entre 2001 a 2004, altura em que o PAICV entra no governo, portanto, eu faço parte do grupo que discute todas essas questões. E achamos que sim, que não só tínhamos questões de desenvolvimento, como tínhamos questões de segurança que pediam alianças fortes no plano internacional. Portanto, a gestação da ideia da parceria com a União Europeia vem daí. Depois, escolher quem!? A União Europeia.

Primeiro, tradicionalmente, os americanos consideram que esta área não é a área deles, não é uma área em que habitualmente estejam interessados. Têm algum interesse no Golfo da Guiné, um pouco mais a Sul, interessaram-se mais por São Tomé, etc. Esta é tradicionalmente uma área onde se considera que a França que tem alguma influência nesta área, na África Ocidental.

Segundo, nós sabíamos que as relações de Cabo Verde, esta é uma realidade antiga, são económicas, culturais, linguísticas, religiosas, etc., basicamente, com a Europa. Essa é a nossa história, é a nossa realidade, nós temos quase 90% do nosso comércio com a Europa

e diz tudo. Temos as tradições culturais com a Europa, etc., depois tinha-se reforçado com a presença cabo-verdiana nos países da Europa, de emigração cabo-verdiana na Europeia que se fixou depois da II Segunda Guerra Mundial e que se tornou muito expressivo porque cresceu rapidamente. Quando comparamos com as antigas emigrações cabo-verdianas esta da Europa cresceu em imensa velocidade. Repare, do fim da II Segunda Guerra Mundial para aqui, portanto, 50 anos, temos uma das maiores comunidades cabo-verdianas no exterior e a maior é na Europa, com a qual temos relações mais intensas. Vem Cabo Verde, Portugal, França, Holanda, Itália, Espanha, Luxemburgo, Suíça, Suécia, etc., e continua a expansão. Neste momento, estão em expansão da Dinamarca e no Reino Unido. Portanto, isso fortaleceu a nossa relação com a europa, nós temos ligações diárias de avião com a Europa, portanto, é tudo. Europa é, realmente, o colosso político-económico com quem temos mais relações. Portanto, tinha de ser mesmo com a Europa.

Quando começámos a abordar este assunto, há várias reacções, a favor, contra, e entre os à favor, e entusiastas até demais, surge a tal petição de Mário Soares e dos académicos em Portugal, que dizem: “Pois, é, nós sempre dissemos isso. Nós eramos contra a independência de Cabo Verde precisamente por causa disso. Sempre dissemos que devia ter ficado ligado à Europa”. E eles fazem uma coisa que corria o risco de nos prejudicar. É que eles lançam uma petição voluntarista que diz que Cabo Verde quer ser membro da União Europeia. E claro que um acto voluntarista desses provoca uma reacção contrária, corríamos o risco de ter uma reacção negativa da parte da Europa que fechasse as portas completamente. Então, aquilo que nós vinha-mos cozinhando pouco a pouco, pelas conversas, criando empatia das pessoas, familiaridade das pessoas com a ideia, a pouco e pouco teve que ser acelerada para evitar que maus passos ou mais declarações precipitadas nos estragassem o projecto. Mas também tínhamos uma ideia de quem eram os países na Europa que reagiam de forma mais entusiástica na nossa ideia de aproximação. Tínhamos claramente três ou quatro países europeus que reagiam bem, um deles era Portugal, porque conhece e muito bem as relações históricas e a relação cultural, e esta proximidade muito grande, reagia bem. Portugal sempre reagiu bem a esta ideia.

Depois, construímos entre 2004 e 2005, nos anos seguintes, uma relação de grande entendimento com a Espanha, de grande entendimento até pessoal entre Victor Borges e o Ministro de Negócios Estrangeiros da Espanha na altura (...) E criámos também uma

relação de muito entendimento, de muita proximidade com a Espanha, particularmente porque a Espanha enfrentava na altura a questão da emigração selvagem dos barcos para Canárias e muitos dos barcos passavam aqui por Cabo Verde e alguns até acabaram por desviar-se de rota e vir parar a Cabo Verde; e nós tivemos um papel muito importante em ajudar a Espanha a lidar com esta crise, que em 2004-2005 foi selvagem, como aquele que existe agora no mediterrâneo. Era a mesma coisa, gente a morrer afogada, gente a ser salva das patéras todos dias, com a televisão e a sociedade com as mãos na cabeça, etc. Portanto, desenvolvemos essa grande empatia com a Espanha.

Depois, tínhamos uma ligação também com o Luxemburgo, que continua, portanto, é uma relação de muito entendimento, muita proximidade, alimentada por uma presença de cabo-verdianos no Luxemburgo tido como presença de gente trabalhadora, discreta, muita apreciada pelos luxemburgueses; e tínhamos a Holanda também, que tem uma apreciação positiva de Cabo Verde, relações antigas, os cabo-verdianos em Roterdão que é a cidade trabalhadora da Holanda e, portanto, há toda uma imagem que joga aqui e temos quatro grandes apoiantes dentro da União Europeia.

Mas a União Europeia na altura são 27, significa que temos que trabalhar os outros 23 membros. E sabíamos que hipótese de fazer avançar o dossier seria na altura em que Portugal estaria a frente, na presidência da União Europeia, que ia acontecer no segundo semestre de 2007. Portanto, temos uma programação desde 2005 para acontecer uma aceleração em 2007, e é isso que acontece, basicamente. Preparámos um conjunto de coisas, nomeadamente a resolução em que Ribeiro e Castro entra no Parlamento Europeu em Janeiro, logo no início do ano, e logo a seguir uma aceleração, portanto, os primeiros encontros negociais em Lisboa, depois continua aqui na Praia e em Bruxelas; depois, há um conjunto de acertos, mas pronto, em finais, de Janeiro, em Lisboa, fica assente a ideia de um plano de acção e é o marco. Se há uma coisa que pode significar o início de algo de concreto, é quando fica decidido em Lisboa (31 Janeiro) a feitura de um plano de acção para a realização da parceria especial. Isso significa o primeiro passo, é o pé na porta para abrir a possibilidade. Basicamente este é o processo e as razões que estão por trás.

Enquanto nós tivemos aqueles que acreditavam no projecto, com os quatro... vamos preparar para esta batalha. Quando começa a trabalhar, sim, temos duas direcções de trabalho, 1- são os países um por um até obter o novo objectivo e tem de ser activo.

Uma outra direcção a obter e a ter em conta é Bruxelas, os funcionários em Bruxelas porque uma coisa são os países, os seus diplomatas e os seus representantes. Tem instruções políticas e cumprem. Outra coisa, que aparentemente está lá para servir os países, e essa é a razão de existência de uma burocracia em qualquer lado, mas a verdade é que o sabemos todos: tanto nos Estados individuais como nas organizações a burocracia acaba por ganhar identidade própria e os funcionários em Bruxelas contam. E foi preciso também criar uma disponibilidade para que os funcionários, a burocracia de Bruxelas não fosse um entrave (...).

Portanto nos fomos ganhando adeptos, houve alguns países que resistiram mais, os países do leste da Europa, alguns deram mais trabalho diplomático á convencer (...).

Indiscutivelmente, eu acho e eu não sou diplomata de carreira, já prestei serviços de diplomacia muitas vezes, (...), posso dizer isso, que a Parceria Especial foi a maior missão diplomática de Cabo Verde, levou uns quatro anos a executar ate chegarmos a Parceria para a Mobilidade em 2008 (...) e é sobretudo a maior operação diplomática de Cabo Verde, porque havia gente nossa que acreditavam que nunca iríamos conseguir (...) porque é um país fora da Europa e que não faz parte da Política Europeia de Vizinhança (PEV) e que a partida não tinha trunfo nenhum, somente a grande capacidade de convencer os outros da sua grande utilidade. E não há nenhum outro país dos 78 ACP que o tenha feito.

A Parceria Especial em si não tem um financiamento direto, é só o quadro que torna possível outras coisas. As vezes há discussão mesmo entre políticos no parlamento e é difícil porque muita gente não entende e diz mas a Parceria Especial é o quê? Onde é que a gente o pode ver? E dizemos não é uma coisa tangível que se possa pegar, é um quadro legal, de relacionamento dentro do qual se pode construir muita coisa. E esse muita coisa é que é interessante, não tem limites porque o conceito que há é que chegamos ao fim das negociações e pela 1ª vez aparece este conceito que diz “tudo menos instituições”, isto é menos tornar-se membro da UE.

P2- Cabo Verde é um elo decisivo numa parceria de segurança com a União Europeia para o atlântico e a África Ocidental. Concorda com esta afirmação? Porquê?

Eu penso que sim. Penso que nós somos primeiro um parceiro politicamente viável e estável, uma das coisas que conta muito na negociação com Cabo Verde, é que é um país democrático com estabilidade democrática e que é um país que não está sujeito, a estas variações e a imprevisibilidade como um dos grandes problemas da África Ocidental que é a imprevisibilidade. Quer dizer, hoje está bom, amanhã não sabemos, amanhã tem um golpe de Estado, é, e isso continua até hoje, temos situações ainda não clarificadas na Costa do Marfim, temos a situação de mudança política violenta nas ruas no Burquina Faso, temos instabilidade na Guiné Bissau que ainda não terminou, instabilidade na Guiné Conacri, a situação que se vive no Mali, no Níger, na Nigéria, quer dizer, não digo, que seja um barril de pólvoras, e só nos faltava aqui o Ébola nos últimos tempos, quer dizer é uma zona muito complicada, e pra Europa ter um país nessa região que é estável, tranquilo as eleições, há alternância política, mudança de Governo e está tranquilo, isso é um trunfo que não tem preço numa região dessas.

Segundo, nós somos um país seguro, no sentido de que nós não somos um país que possa ser invadido, ou que alguém possa atravessar a fronteira e provocar instabilidade aqui, não. Estamos aqui no meio do mar e temos alguma capacidade, temos poucos meios mas estamos a reforçar e ultimamente, fizemos investimentos importantíssimos nessa questão do controlo do mar, com os Americanos que finalmente resolveram investir nessa área no controlo do mar com equipamentos que nos permite vigiar o mar a nossa volta.

Este foi um grande passo que demos ultimamente. Temos que trabalhar ainda bastante nesta área da inteligência, dos serviços de informação. Temos de trabalhar e tornarmos, se possível uma potência de serviços de informação, chamadas de inteligência militar e de segurança, porque são importantíssimos, mas neste aspeto somos de fato, para além dos aspetos culturais, (culturalmente nós temos uma grande proximidade da Europa, em termos de língua, religião, portanto daquilo que formata a identidade das pessoas, e nesse aspeto também digamos é solido).

O nosso único problema é sermos pequeninos e termos essa falha de não termos um grande poderio, nem económico, nem militar, nem outro não temos. Isso pode ser compensado

com aspetos simbólicos, como é por exemplo, o fato de Cabo Verde ser o país que mais cresceu nesta região, ser o único país da região que foi graduado de País Menos Avançados (PMA) a País de Desenvolvimento Médio (PDM) pelas nações Unidas, ser o país que tem o PIB per Capita, não sei se somos o primeiro ou o segundo da CEDEAO mais elevado e começamos a ter manifestações simbólicas de reconhecimento, (...) que vem confirmar um conjunto de coisas que as pessoas já tem a percepção, o país avançou, cresceu, etc, etc, e começa a ter manifestações na música, moda, nisto, naquele outro, etc, desta presença no desporto, não só futebol como noutras modalidades que antigamente não tínhamos espaço e não estávamos presentes, mas atualmente começamos a estar e a mostrar.

E portanto isso dá algum reconhecimento que nós não tínhamos inicialmente. Estava aqui a ler o Silvino da Luz, (o primeiro Ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde), um discurso que ele fez a dias, que ele lembra como logo depois da Independência, éramos vistos com desconfiança e éramos um país desconhecido no continente e visto com desconfiança. Chamados muitas vezes de mestiços, não são nem carne nem peixe e portanto isso criava desconfiança, e não foi fácil conseguirmos fazer afirmar.

P3- E de que forma CV poderá desempenhar esta função de “Elo de ligação” entre a Europa e a África?

R: Eu acho que aí falta-nos fazer algum trabalho, nós podemos de fato, funcionar como elo económico em relação a CEDEAO que ainda está difícil. Primeiro sendo as trocas comerciais entre CV e CEDEAO baixíssimo, dos mais baixos duvido que vá aos 5%.

O que significa que do ponto de vista de integração económica com a CEDEAO nós temos quase nada, essa que é a verdade. É verdade que nós poderíamos funcionar como a ponte de entrada, somos membros da CEDEAO, temos uma relação especial com a Europa, poderíamos de fato fazer a ponte de um bloco para o outro. A questão é se nós conseguimos fazer isso, neste ponto. Sinceramente, a minha opinião é que ainda estamos longe disso. Falta-nos conhecimento do continente Africano e do Bloco da CEDEAO. Conhecimentos em termos de estratégias e de práticas comerciais, económicos, bancários, etc, e estamos a dar os primeiros passos. Agora, ultimamente, começamos a tentar estabelecer vínculos financeiros com bancos da CEDEAO, porque é uma coisa fundamental. Por Ex: Mando para lá mercadoria, qual é o banco que me vai pagar? Eu tenho que ter relações com este

banco. Para dizer ok, eu vou mandar isto e você manda-me um cheque logo á seguir, ou faz o depósito logo á seguir. E neste aspeto ainda estamos a dar os primeiros passos. Nós podemos também servir para fazer entrar novos produtos, porque os países da CEDEAO tem ligações com as antigas colónias. E eles também têm circuitos comerciais antigos estabelecidos com as antigas metrópoles. Senegal importa da França, assim como CV importa de Portugal. Assim como Gana importa do Reino Unido.

Aquilo, esta estabelecido a anos, funciona, o círculo, a estrada esta lá, funciona muito bem. Portanto a hipótese seria a introdução de novos produtos. Isso significa, que não sei se a Europa é a origem desses produtos, poderia ser o Brasil por exemplo. Ou seja CV tinha que assumir aqui uma posição, uma estratégia autónoma, nossa, nós tínhamos que ser os dinamizadores dessa ponte. E isso significa que os Europeus não iam tomar dianteira nisso, tínhamos que ser nós. E não é uma tarefa fácil, mas ter a consciência disso pode ser um primeiro passo.

CV ainda tem alguma presença nos territórios da CEDEAO (alguns imigrantes). Temos uma comunidade imigrada, com muita expressão e com muito peso no senegal, com alguma capacidade na sociedade senegalesa, e temos também uma pequena comunidade, mas também com alguma capacidade de atuação na Costa do Marfim, e infelizmente a comunidade Cabo-verdiana na Guiné Bissau não tem a mesma expressão, e a história com a Guiné Bissau é uma história mas complicada, historicamente longa e mais complicada e teria que ser noutra reportagem. Mas pelo menos nesses dois países, chegamos a ter alguma presença na libéria mas desfez-se com os golpes e com as coisas complicadas que aconteceram nos últimos 30 anos na libéria, os Cabo-Verdianos lá perderam expressão. Mas pronto no senegal e na Costa do Marfim, dois com algum peso na CEDEAO, poderia ser uma porta aberta.

É uma estratégia que não esta feita, de utilizar as nossas comunidades como pontas de lança nessa relação porque esta estratégia comercial e económica também não esta montada. É pra fazer.

4- Com a Parceria Especial, que papel passou a desempenhar a União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde?

R: Bom, eu acho que para além das dimensões que já falamos, das 2 grandes ameaças, em relação ao país, a Europa tem a perfeita consciência que CV é uma base de apoio importante.

Eu acho que há uma 3ª questão que não é uma ameaça mas uma promessa do futuro que é a questão dos oceanos, por esta altura acho que já toda a gente já introduziu os pedidos da extensão da plataforma marítima nas NU. Acho que o prazo já foi cumprido, é uma grande corrida aos Oceanos. É preciso dizer que nesta grande corrida aos oceanos grandes países é que são os campeões. Mais uma vez, CV está no meio, estamos aqui no meio do oceano, pequeninos mas no meio do oceano, e quando a corrida são os oceanos, porque há já provas de minerais e outros componentes nos fundos marítimos que interessa as indústrias farmacêuticas, os minerais e outras coisas começam a despertar á um país que é CV, do tamanho das ilhas Salomão, no pacífico, que passou de um país sem nada, pobre, para um país de alto rendimento, agora que extraem coisas do fundo do mar. E isso chama a atenção de toda a gente que anda atrás disso. Eu acho que estamos dependente de, se a nossa proposta para as NU da extensão da plataforma marítima for aprovada, e eu acho que tem alguma hipótese de ser aprovada porque o negociamos com um conjunto de 8 países, porque nós focamos com a Mauritânia, a Gambia, o Senegal, a Guiné Bissau e acabamos por fazer um grupo de 8 países aqui da região, fizemos uma proposta conjunta como forma de ganhar peso negocial e não aparecermos individualmente e em conflito. Se a proposta pega, de todos, nós temos uma posição de muita visibilidade aqui, porquê? Porque quem comandou este grupo dos 8 foi CV, com a ajuda da Noruega, que também é muito interessado nesta questão do fundo do mar, todas as reuniões de preparação da proposta das NU decorreram aqui em CV, para os 8 países participarem, nós é que iniciamos as conversações com a Noruega e trouxemos a Noruega para trazer o “Now how”, para nos ajudar a montar isto, portanto CV está numa posição de alguma visibilidade. Não sei como esta neste momento, mas houve uma altura em que havia um frenesim e toda a gente nessa questão dos oceanos, o Brasil a entrar também como superpotência nascente, aqui no atlântico, é um mar grande, próximo dos grandes mercados, portanto interessante. Eu acho que a Europa também está muito interessada nesta questão, a Noruega, mas não só, já

temos neste momento a Alemanha muito interessada nas questões dos fenómenos marítimos e, financiaram o centro observatório em São Vicente.

Portanto começamos a ganhar expressão nas conversas e há outro elemento que eu não sei aonde vamos dar, mas veremos, que é a questão das energias renováveis. Nos somos neste momento apontados em vários círculos como um país que já consegue utilizar uma boa percentagem da sua energia como fontes renováveis nomeadamente o vento, perto dos 30%, e temos ilhas, como a ilha do sal onde chega a estar perto dos 60%. Isso já começa a ser falado. Há possibilidade de um grande investimento Alemão e passaríamos então á se efetivar, passaríamos a dianteira no mundo nesta matéria, isto teria efeitos também de funcionar como exemplo, mas com interesse económico também muito comum, e se conseguirmos ter a segurança, a economia e o aspeto político, teríamos em vez de um só, três cartas, e isso é mais interessante.

P5- Como vê a integração regional de Cabo Verde na CEDEAO com a política de cooperação da União Europeia?

R: Não penso que o acordo de livre circulação de CV com a CEDEAO seja uma entrave, poderá funcionar ou ser entendido como um aspeto que poderia exercer alguma ameaça se isso não for esclarecido da seguinte forma. 1º- A UE tem acordos de livre circulação de curta duração com outros países do mundo que são membros de espaços regionais, por exemplo que tem os países chamados de anexo B, (são países Latino-Americanos, a Austrália, a Nova Zelândia, etc). Muitos países do mundo que não estão na Europa beneficiam de acordos de livre circulação com a UE de curta duração, 90 dias, porque a UE ao negociar com eles tem as garantias que estes países não representam ameaças e é isso que é preciso negociar bem.

Estou convencido que se CV cumprir um pacote de medidas na matéria de gestão das suas imigrações, este pacote teria um conjunto de medidas que teríamos perfeitamente ao alcance do Governo de CV. Isso significa o quê? O que teríamos de fazer basicamente, era assegurar que nós temos um efetivo controlo sobre o nosso território, e temos, somos ilhas facilita as coisas, eu não estou a ver gente á desembarcar nas ilhas fora do controlo das fronteiras. O desembarque de barco ou de avião passa pela polícia de fronteira, é controlado e não temos uma situação de descontrolo desses. Temos vindo á melhorar e temos que

melhorar mais ainda as nossas políticas de fronteira, para lidar com os fenómenos migratórios, todo o mundo faz isso hoje.

Teremos sim que ter políticas muito claras e firmes e garantidas em matéria de acesso a nacionalidade Cabo-verdiana. Isso também se faz e os países fazem e CV pode fazer perfeitamente, para que não tenhamos 50 milhões de Nigerianos á tomar nacionalidade Cabo-verdiana á entrar na Europa, portanto basicamente é isso.

Por exemplo, o Chile ou a Costa Rica fazem parte de grupos regionais de circulação, mas tem benefícios com a Europa em matéria de circulação na Europa, desde que o país seja capaz de mostrar, eu tenho isto, mais isto e mais isto, portanto é seguro. E nós já demonstramos que somos capazes de negociar coisas mais difíceis que isto.

CV/CEDEAO/UE

Eu acho que ainda isto existe só no discurso que é preciso transformar em coisas concretas, porque é quando começamos a praticar e fazer coisas concretas é que damos conta das dificuldades que existem, que é preciso ultrapassar, do que é preciso ajustar, etc. Por enquanto esta no discurso, nas questões políticas, teria de haver esta prática de coisas concretas para vermos. Já fizemos algumas coisas? Sim, já fizemos. Por exemplo, já ajudamos a Espanha a acertar com os países da região as políticas em matéria migratória e a questão das pateras, das Canárias e serenou, acabou, ninguém fala mais nisso, e CV exerceu esse papel, fez a demonstração que é possível, é, e resultou.

Eu estou a ver, não sei, até que ponto poderíamos ter um papel útil aí, na questão das pescas, um dossier complicadíssimo entre a UE e os países Africanos, alguns, neste momento, há um conjunto de países Africanos que romperam os acordos de pescas com a UE, nós não rompemos mas não ficamos muito bonito na fotografia, portanto, mas eu estou convencido, que nós podemos fazer muito melhor. Eu acho que os países Africanos, vão acabar por fazer exatamente aquilo que o Marrocos fez, rompeu o acordo, gerou confusão, muita discussão, mas deixa passar um tempo, ganha condições e volta a mesa de negociações porque precisa, e volta a mesa de negociações em bloco e aí tem a possibilidade de negociar com maior capacidade. Penso que é uma área que CV poderia

servir também, de fazer a ponte, mas teríamos de capacitarmos nessa matéria, e isso exige algum investimento, (...) exige-nos alguma capacitação sim.

Portanto esta é a minha percepção, não podemos fazer tudo. Temos de escolher as áreas onde nós podemos de fato exercer um papel que tenha visibilidade e que seja respeitada.

P6- E já lá vão oito anos desta parceria. Como vê os resultados alcançados até o momento e como perspectiva o futuro dessa relação particular entre Cabo Verde e a Europa?

R: Eu vou ser sincero, 1º, em 8 anos temos muitos resultados, e não são os resultados que as pessoas estão habituadas a ver, (como barragens, pontes, aeroportos e estradas) não é propriamente isso, é um resultado muito mais intangível, de confiança, de parceiro confiante, de um parceiro que é sério e que se mantém. E acho que a principal coisa que nós fazemos para esse resultado é CV continuar a ser um país de estabilidade, progresso económico e de visibilidade como bom exemplo, isso é importante para manter esta parceria, este quadro.

2º, claro que temos resultados palpáveis, concretos, a questão da cooperação e dos recursos para continuarmos aqui em CV, recursos públicos mas neste momento também começa a haver a questão dos investimentos privados, portanto de empresários Europeus descobrirem cada vez mais o mercado de Cabo Verde para investimento, continua a haver investimento privado em CV. E acho que essa é uma das coisas, o desenvolvimento do turismo em CV tem haver também com esta ideia de que é um país que mantém com a Europa, que é o sítio de onde vem a totalidade do nosso turismo, uma relação muito especial, portanto nós temos resultados, a parceria especial, a parceria para a mobilidade esta assinada, está a decorrer sem problemas, precisamos acelerar alguns acontecimentos nessa matéria e aí CV pode fazer isso perfeitamente, está no nosso alcance, pode ser feito.

Dito isto, eu devo dizer que sou muito crítico em relação ao nosso desempenho, acho que nós temos a obrigação de fazer mais, e digo isso tranquilamente porque sou membro da maioria que esta no Governo, eu digo isso dentro da maioria e já o disse tantas vezes, e posso dizer fora, acho que temos obrigação de fazer mais e poderíamos estar mais longe.

Não pelas obras, isso de obras e progressos económicos do país, isto esta a correr. Por ex: ontem passei uma manhã no aeroporto da praia e está lá um financiamento Europeu para a expansão do aeroporto da praia. E se formos andar pelo país, há obras a iniciar todos os dias em todo lado, aqui na praia e em todas as ilhas.

Eu acho que nós devemos aprofundar o quadro, o tal especial, é especial mesmo. Nós devíamos e é nossa obrigação, porque nós é que fomos ter com os Europeus para propor uma parceria especial, e eles perguntaram mas especial de quê, e nós explicamos, é especial disto, significa isto e que quem vai alimentar este especial é sempre nós. Nós, é que temos que estar com iniciativas novas todos os anos. É dizer, olha é especial portanto vamos começar com uma coisa nova, esta. E depois no próximo ano, é especial então também vamos começar com isto. E neste aspeto acho que a nossa prestação tem que ser mais rigorosa, eu entendo, não é fácil porque a primeira coisa que nos é exigida é conhecer bem o nosso parceiro, que tiremos o maior proveito e acontece que o nosso parceiro é uma instituição que começou a quase 60 anos a ser construída, começou com a Comunidade do aço e carvão na Europa dos anos 50, e em 60 anos eles construíram imensas instituições, nas quais não conhecemos, e deveríamos ter a capacidade de conhecer pelo menos 20% das instituições Europeias que foram constituídas e com os quais com a Parceria Especial, estaríamos habilitados a trabalhar com eles. Só dou um exemplo, a UE tem 42 agências, e elas são grandes organismos da UE para determinadas finalidades, e com o estatuto de parceiro especial, nos temos possibilidade de trabalhar com essas agências e de fazer muitas coisas, mas, conhecemos as agências? Se forem ao MIREX e perguntar quem é especialista em agência tal da UE? Ninguém. E isto é, na minha opinião, uma das primeiras tarefas que nós tínhamos que fazer em matéria da Parceria Especial, é ter um corpo de diplomatas, de especialistas, de gente dedicada a escutinar todas as oportunidades que a PE nos abriu. Eu não digo todas, 20%, ok, que sejam $\frac{1}{5}$ das potencialidades de desenvolvimento com os parceiros. E a verdade é que não temos isso, e isso enquanto participante, negociador inicial deixa-me um pouco triste não ter-mos feito alguns passos.

P7- Noutras entrevistas o Sr. tinha dito que a definição específica desde acordo só poderá ser vista a longo prazo, na medida em que o plano de acção for implementada e também já disse que saberemos o que é a Parceria Especial daqui uns 40 ou 50 anos. Ainda tem essa mesma percepção, essa mesma opinião?

R: Sim, perfeitamente. Será aquilo que formos capazes de fazer.

P8- Então, como prespetiva o futuro dessa relação?

R: Sou optimista, acho que o futuro vai ser bom no sentido de que vamos caminhar sempre, a própria dinâmica das coisas vai levar que avancemos, andemos pra frente. A única questão que eu questiono é a velocidade a que vamos, poderíamos ir muito mais rápido, se tivéssemos esta proatividade que é suposto termos, que resulta do fato de sermos o proponente do Especial, portanto temos que recair sobre nós esta responsabilidade de estar a propor todos os dias coisas novas.

P9- Onde residia ou reside o maior perigo para a parceria?

R: O maior perigo para esta Parceria reside aqui em Cabo Verde, de nós acharmos ingenuamente e ignorantemente que a Parceria não vale nada e acharmos que não vale a pena esforçar e isso é o maior perigo desta parceria. Ou seja, o maior perigo da Parceria é a inactividade, ficarmos parados a espera que a Parceria faça como a chuva, caia do céu.

P10- Qual foi o papel de Portugal no estabelecimento da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia?

R: Foi importantíssimo não devemos ser ingratos. Houve um empenhamento do Governo, dos diplomatas e do povo português, que aderiu aplaudiu esse fato que é uma relação de muita proximidade, uma ligação muito forte entre Portugal e Cabo Verde.

As vezes não falamos disso, e não há muita exploração sobre esse assunto, mas de fato é que Cabo Verde é, não sei se é por causa disso, um fato histórico, o 1º território português fora da Europa, a conseguir uma Parceria Especial. Cabo-Verdianos e Portugueses estavam muito envolvidos Os diplomatas portugueses tiveram um empenho tão entusiástico quanto os nossos, tão envolvidos e tão interessados do que os próprios cabo-verdianos nesta cruzada, e eu assisti e fui testemunho de vários episódios e acontecimentos neste ano de 2007, do empenho dos governantes e diplomatas em fazer as coisas.

Tabela 3: Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

Título do Programa	Fonte de financiamento	Montante
Apoio ao Desenvolvimento e luta contra a Pobreza	11º FED	30.000.000 €
Reforço da Parceria Especial UE-CV	11º FED	20.000.000 €
Apoio à implementação da estratégia de redução da pobreza	10º FED	32.600.000 €
Apoio ao plano de Ação da Parceria Especial UE-Cabo Verde	10º FED	11.500.000 €
Facilidade de cooperação técnica	10º FED	1.800.000 €
Apoio à implementação da estratégia de redução da pobreza	9º FED	14.200.000 €
Água e saneamento nas cidades de Praia, Mindelo e Calheta	9º FED	19.200.000 €
Gestão dos resíduos sólidos na Ilha de Santiago	9º FED	5.100.000 €
Reforço das capacidades e mecanismos participativos da Sociedade Civil	9º FED	1.204.033 €
Construção Estrada Janela – Porto Novo	8º e 9º FED	19.760.000 €
Facilidade de cooperação técnica	9º FED	4.776.000 €
Programa de saúde na cidade da Praia	8º FED	3.600.000 €

Fonte: Delegação da União Europeia em Cabo Verde, Cooperação União Europeia-Cabo Verde⁶⁵

⁶⁵http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/tech_financial_cooperation/index_pt.htm

Relatório de estágio Consulado Honorário de Portugal em Mindelo

Estudo de Caso: Parceria Especial Cabo Verde e União Europeia: O Contributo de Portugal

Tabela 4: Setores da APD de Portugal à Cabo Verde - 2010 – 2014

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA APD BILATERAL LÍQUIDA - CABO VERDE 2010-2014

SETORES	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	Média 2010-2014
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	21.388.246	19,9	22.782.202	21,6	34.785.947	26,6	57.744.511	48,2	61.973.841	59,8	39.734.949
110 EDUCAÇÃO	14.457.472	13,5	7.373.657	7,0	7.934.135	6,1	7.549.245	6,3	10.313.853	10,0	9.525.672
120 SAÚDE	3.884.497	3,6	6.275.617	5,9	6.449.227	4,9	7.067.681	5,9	8.184.640	7,9	6.372.332
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA	0	0,0	4.895	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	979
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	182.455	0,2	0	0,0	4.920	0,0	10.933	0,0	156.058	0,2	70.873
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	1.166.530	1,1	944.040	0,9	851.851	0,7	699.759	0,6	548.168	0,5	842.070
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1.697.292	1,6	8.183.993	7,8	19.545.814	14,9	42.416.893	35,4	42.771.122	41,3	22.923.023
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	61.216.127	57,0	31.646.872	30,0	36.327.032	27,8	18.322.665	15,3	28.394.100	27,4	35.181.359
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	23.619.226	22,0	20.108.507	19,1	23.037.004	17,6	5.372.151	4,5	22.303.401	21,5	18.888.058
220 COMUNICAÇÕES	51.682	0,0	25.101	0,0	5.052	0,0	0	0,0	45.207	0,0	25.408
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	37.428.636	34,9	11.416.177	10,8	13.178.586	10,1	12.835.991	10,7	5.860.883	5,7	16.144.055
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	111.583	0,1	86.367	0,1	98.585	0,1	114.523	0,1	184.609	0,2	119.133
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	5.000	0,0	10.720	0,0	7.805	0,0	0	0,0	0	0,0	4.705
300 III - SETORES DE PRODUÇÃO	9.461	0,0	53.700	0,1	11.705	0,0	18.854	0,0	14.400	0,0	21.624
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	0	0,0	53.700	0,1	11.705	0,0	6.631	0,0	10.459	0,0	16.499
311 AGRICULTURA	0	0,0	53.700	0,1	11.705	0,0	6.631	0,0	10.459	0,0	16.499
312 SILVICULTURA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
313 PISCAS	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12.223	0,0	3.941	0,0	3.233
321 INDÚSTRIA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12.223	0,0	355	0,0	2.516
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
323 CONSTRUÇÃO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3.586	0,0	717
330 COMÉRCIO E TURISMO	9.461	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.892
331 COMÉRCIO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
332 TURISMO	9.461	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.892
400 IV - MULTISETORIAL/TRANSVERSAL	979.265	0,9	515.024	0,5	140.805	0,1	416.784	0,3	456.593	0,4	503.951
TOTAL SETORIAL	83.593.099		54.997.798		71.265.489		76.502.814		90.838.934		75.441.884
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E SOB A FORMA DE PRODUTOS	23.365.198	21,8	50.274.261	47,6	59.392.609	45,4	43.214.107	36,1	11.240.680	10,9	37.497.371
600 VI - AÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	38.578	0,0	50.973	0,0	2.804	0,0	0	0,0	0	0,0	18.471
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.399.429	1,4	279.886
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	218.274	0,2	206.280	0,2	169.251	0,1	141.890	0,1	67.421	0,1	160.623
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS **	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
930 AJUDA AOS REFUGIADOS (NO PAÍS DOADOR)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3.017	0,0	603
998 X - NÃO AFETADO/NÃO ESPECIFICADO	90.000	0,1	0	0,0	14.944	0,0	0	0,0	0	0,0	20.989
REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
OUTROS SETORES	90.000	0,1	0	0,0	14.944	0,0	0	0,0	0	0,0	20.989
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
TOTAL NÃO SETORIAL	23.712.050		50.531.514		59.579.608		43.355.997		12.710.547		37.977.943
TOTAL BILATERAL	107.305.149	100	105.529.312	100	130.845.097	100	119.858.811	100	103.549.481	100	113.419.827

Fonte: Camões, I.P./DPC

** Código Sectorial APOIO A ONG não aplicável a partir de 2009. O Apoio às ONG é repartido sectorialmente de acordo com o objectivo do projeto apoiado.

Tabela 5: Projectos com o Financiamento de Portugal em Cabo Verde

Criação de uma Unidade de Hemodiálise - DATA
Contribuir para o aumento do acesso aos cuidados de saúde no domínio da nefrologia.
Requalificação da Frente Marítima da Cidade da Praia e área envolvente
Programa de Apoio ao Setor da Justiça
Programa de Cooperação Técnico Policial
Apoio à Cooperação Técnica e Cultural para o Reforço do Controlo e Fiscalização da Utilização dos Recursos Públicos
Assessoria ao Governo de Cabo Verde no âmbito do Ensino Superior
Mundu Novu - Conteúdos educativos multimédia
Programa Curricular de Empreendedorismo no Ensino Secundário Geral e Técnico-profissional de Cabo Verde
CAMPO – Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem
Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais
Reforço das condições de produção e apoio à promoção e comercialização dos produtos Sabores D’nha Terra
Projeto de Reforço das Capacidades das Autoridades Locais na Melhoria das Condições Sanitárias das Cidades da Praia e de Bissau
Inclusão social das crianças, adolescentes e jovens vulneráveis no bairro do Tira Chapéu
Apoio ao Hospital Regional Santiago Norte
Promoção dos direitos da Criança e integração socioeconómica das Famílias nas Comunidades de Santa Maria e Espargos – Centro de Intervenção Comunitário - SOS Sal
Apoio à Cimeira Africana de inovação

Para mais informações consulte: <http://www.instituto-camoes.pt/cabo-verde/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/cabo-verde#sthash.EhXxsZdS.dpuf>